



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2012



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2012

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2012

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco tem como área básica de atuação os nove Estados da região Nordeste, o norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios. A força de trabalho e a estrutura do Banco do Nordeste são compostas por 6.029 funcionários e 187 agências. Maior instituição financeira da América Latina voltada para desenvolvimento regional, o Banco opera como órgão executor de políticas públicas.

O desempenho operacional do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2012 foi superior ao desempenho no mesmo período do ano anterior, com destaque para o chamado “crédito aos pequenos”. Neste semestre o Banco contratou R\$ 9,8 bilhões em operações significando crescimento de 2,5%. A quantidade de 1,8 milhão de operações no semestre superou em expressivos 21,1% o número obtido no mesmo semestre de 2011, refletindo o novo direcionamento estratégico do Banco de atender, preferencialmente, os mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 4,1 bilhões, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco com R\$ 3,9 bilhões, o que representou 95,9% do total dos financiamentos. Esses valores demonstram a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 4,9 bilhões e as operações de Mercado de Capitais somaram R\$ 757,2 milhões.

O Banco do Nordeste tem expandido sua atuação no importante segmento de microfinanças com seus dois programas, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou neste semestre 1,5 milhão de operações no valor global de R\$ 2,4 bilhões, representando crescimento de 47,4% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. As micro e pequenas empresas contrataram R\$ 1,2 bilhão com crescimento de 1,8%. Na agricultura familiar, o Banco aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 707,7 milhões com 18,1% de crescimento.

Ainda como destaque no primeiro semestre de 2012 o Banco do Nordeste emitiu mais um *bond* no mercado internacional visando à captação de recursos no valor de US\$ 300 milhões, com custo de captação sendo um dos mais baixos já pagos por uma instituição financeira brasileira para o prazo de sete anos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações Globais

As contratações globais do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2012 somaram R\$ 9,8 bilhões, cresceram 2,5% em relação ao primeiro semestre de 2011 e foram responsáveis pela contratação de 1,8 milhão de operações, quantidade que cresceu expressivos 21,1%. Os créditos contratados tiveram uma pequena redução de 1,5% totalizando aproximadamente R\$ 9,0 bilhões, sendo R\$ 4,1 bilhões em financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos e R\$ 4,9 bilhões em empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, significando redução de 13,4% e crescimento de 11,0%, respectivamente.

OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	1º sem. 2011		1º sem. 2012		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	1.500.254	9.131,0	1.816.464	8.996,3	-1,5%
• Longo Prazo ⁽¹⁾	212.531	4.684,1	210.148	4.058,5	-13,4%
• Curto Prazo ⁽²⁾	1.287.723	4.446,9	1.606.316	4.937,8	11,0%
Mercado de Capitais	4	389,0	3	757,2	94,7%
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	-	-	1	6,2	-
Total	1.500.258	9.520,0	1.816.468	9.759,7	2,5%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Trabalhando com maior ênfase no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, o Banco do Nordeste reforça o seu papel e suas diretrizes como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes. No primeiro semestre de 2012, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 1,8% em relação ao primeiro semestre de 2011, com aplicação de R\$ 1,2 bilhão. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 707,7 milhões no semestre, com expansão de 18,1% em relação a igual período de 2011. A atuação do Banco do Nordeste em microcrédito cresceu 47,4% no primeiro semestre do ano, quando foram aplicados R\$ 2,4 bilhões, tendo sido aplicado o valor de R\$ 1,96 bilhão no microcrédito urbano e R\$ 408,3 milhões no microcrédito rural.

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R\$ milhões)

Programa / Segmento	1º sem. 2011	1º sem. 2012	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	1.190,7	1.212,4	1,8%
Agricultura Familiar (Pronaf)	599,4	707,7	18,1%
Microcrédito do Banco do Nordeste	1.608,1	2.370,5	47,4%
• Urbano (programa Crediamigo)	1.280,8	1.962,2	53,2%
• Rural (programa Agroamigo)	327,3	408,3	24,7%

A divisão por setor econômico dos valores das operações de crédito contratadas no primeiro semestre de 2012 evidenciou crescimento em dois

setores – rural e comércio/serviços. O maior crescimento aconteceu no setor rural com 17,2%, seguido do comércio/serviços com 13,9%. Em termos de valor o setor de comércio e serviços contratou R\$ 4,9 bilhões, representando 53,9% do total dos créditos contratados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2011	1º sem. 2012	Varição
Rural	1.895,6	2.221,6	17,2%
Industrial	2.243,4	1.922,0	-14,3%
Infraestrutura	729,7	0,0	-100,0%
Comércio/Serviços ⁽¹⁾	4.262,3	4.852,7	13,9%
Total	9.131,0	8.996,3	1,5%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

As diminuições nos financiamentos concedidos aos setores industrial e de infraestrutura foram motivadas tanto pelos efeitos da crise econômica quanto pelas novas diretrizes do governo federal para o Banco do Nordeste. Essas diretrizes referem-se às limitações das contratações com clientes de grande porte ao patamar de 20% do total dos financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e ao redirecionamento dos projetos de energia eólica para o BNDES.

O Banco do Nordeste tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. O Banco contratou mais de R\$ 4,9 bilhões em operações de curto prazo durante o primeiro semestre de 2012, com acréscimo de 11,0% em relação a igual período de 2011, com quase todos os produtos apresentando expansão.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS POR PRODUTO (R\$ milhões)

Produto	1º sem. 2011	1º sem. 2012	Varição
Crédito Comercial	2.645,8	2.389,3	-9,7%
• Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro	911,1	1.288,5	41,4%
• Desconto	455,4	461,1	1,3%
• Contas Garantidas	1.279,3	639,7	-50,0%
Câmbio ⁽¹⁾	520,3	586,3	12,7%
Crediamigo	1.280,8	1.962,2	53,2%
Total	4.446,9	4.937,8	11,0%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

A redução verificada nas contratações de Contas Garantidas, de 50,0% no semestre, deveu-se, preponderantemente, a uma queda na demanda por esse produto motivada principalmente pela mudança no perfil dos demandantes de crédito comercial, que passaram a utilizar mais o produto Capital de Giro. Em contrapartida, a demanda pelos produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro teve grande elevação no primeiro semestre de 2012, 41,4% em relação ao primeiro semestre de 2011. Além disso, vale salientar a maior

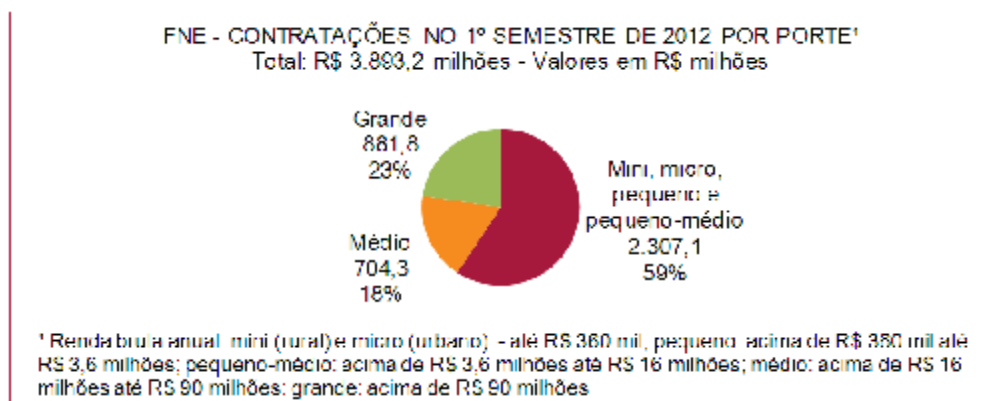
ênfase dada pelo Banco do Nordeste aos negócios com mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, neste caso mais especificamente aos microempreendedores urbanos informais por meio do Crediamigo em seus empréstimos com características de capital de giro, cujos valores cresceram 53,2% em relação ao primeiro semestre de 2011.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 3,9 bilhões no primeiro semestre de 2012, com redução de 13,3% em relação ao montante verificado em igual período de 2011. Essa redução ocorreu principalmente por conta do novo direcionamento estratégico do Banco no sentido de atender prioritariamente os clientes de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, com os quais foi contratado no semestre o montante de R\$ 2,3 bilhões, representando 59% do valor total contratado. Entre os setores, o maior crescimento foi registrado no setor de turismo com 111,5% e um valor contratado de R\$ 204,3 milhões. Outro setor que cresceu em termos de valores contratados no semestre foi o rural, com elevação de 19,6% em relação a igual período de 2011 e representando 53,1% do total aplicado.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	1º sem. 2011	1º sem. 2012	Varição
Rural	1.726,3	2.065,2	19,6%
Agroindustrial	103,0	45,0	-56,3%
Industrial	789,3	584,8	-25,9%
Infraestrutura	714,1	0,0	-100,0%
Turismo	96,6	204,3	111,5%
Comércio/Serviços	1.061,7	993,9	-6,4%
Total	4.491,0	3.893,2	-13,3%



SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

Microcrédito do Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste conta com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores

informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. No primeiro semestre de 2012 o valor global dos financiamentos de microcrédito do Banco do Nordeste totalizou R\$ 2,4 bilhões, crescendo expressivos 47,4% em relação ao primeiro semestre de 2011, com mais de 1,5 milhão de operações realizadas.

MICROCRÉDITO DO BANCO DO NORDESTE - CONTRATAÇÕES(R\$ milhões)

Microcrédito	1º semestre de 2011		1º semestre de 2012		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	1.006.185	1.280,8	1.336.161	1.962,2	53,2%
Rural (programa Agroamigo)	173.292	327,3	168.876	408,3	24,7%
Total	1.179.477	1.608,1	1.505.037	2.370,5	47,4%

Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, desenvolvendo atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. No primeiro semestre de 2012 foram emprestados por meio do Crediamigo quase R\$ 2,0 bilhões – crescimento de 53,2% em relação ao mesmo período de 2011. A quantidade de empréstimos desembolsados evidencia, também, significativo crescimento de 32,8%, haja vista que foram realizadas 1.336.161 operações no primeiro semestre de 2012. O crescimento da carteira ativa no semestre foi de 16,7% em relação ao final do ano de 2011, chegando ao final do período com saldo de R\$ 1,4 bilhão. A quantidade de clientes ativos cresceu 15%, em comparação com o final de 2011, passando para 1.204.578 em 30.06.2012. A inadimplência, representada pela posição dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa na mesma posição, ficou em 0,81%. A capacidade operacional do Crediamigo alcançou uma média de 10.689 desembolsos realizados por dia no primeiro semestre de 2012, o que significa um crescimento de 32% em relação a igual período de 2011, quando a média era de 8.114 desembolsos efetivados por dia.

PROGRAMA CREDIAMIGO – 1º SEMESTRE DE 2012

Item	
Quantidade de Operações	1.336.161
Valor Contratado	R\$ 1.962,2 milhões
Valor Médio Contratado	R\$ 1.468,53
Clientes Ativos	1,2 milhão
Carteira Ativa	R\$ 1.373,9 milhões
Pontos de Atendimento	396
Municípios Atendidos	1.916

Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do Banco do Nordeste que se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar de mais baixa renda da área de atuação do Banco do Nordeste, enquadrados como Pronaf Grupo B (agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. No primeiro semestre de 2012, o Programa contratou 168.876 operações em toda área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 408,3 milhões. Atualmente, as mulheres representam 47% dos clientes ativos do Agroamigo. O Agroamigo também trabalha pela inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. Mais de 200 mil agricultores atendidos pelo Programa já possuem conta corrente/poupança no Banco do Nordeste.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do governo federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este segmento representa 92,7% dos estabelecimentos rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 4,7 bilhões, o que corresponde a 1,3 milhão de operações. No primeiro semestre de 2012 o Banco contratou 190.859 operações com agricultores familiares envolvendo recursos totais de R\$ 707,7 milhões, sendo que 64,4% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida. Em comparação com o mesmo período de 2011, verifica-se um incremento de 18,1% no valor contratado.

Pequenos e Miniprodutores Rurais

O Banco do Nordeste atua com os pequenos e miniprodutores rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas, o Banco promove a inclusão financeira e social, a melhoria de renda dos clientes desse segmento e a expansão e diversificação da competitividade da base econômica regional. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou com o segmento de pequenos e miniprodutores rurais 5.382 operações de crédito rural que somaram R\$ 408 milhões. Esse valor representou incremento de 13% em relação ao volume contratado no mesmo período de 2011.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPes)

O Banco do Nordeste disponibilizou no primeiro semestre de 2012 o montante de R\$ 1,7 bilhão para contratações com Micro e Pequenas Empresas (MPes), por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos. Nesse período foi contratado o valor de R\$ 1,2 bilhão – valor 1,8% superior ao mesmo período de 2011. Foram atendidas 15.682 micro e pequenas empresas com 45.913 operações. No semestre foram realizadas as seguintes ações que contribuíram

para o resultado: reforço da estratégia de negócios Nordeste Franquias, visando tornar o processo de concessão de crédito para as empresas integrantes do sistema de franquias mais ágil e simples; reuniões com gestores para planejamento e definição de ações para elevar e qualificar os negócios com MPEs; consultoria nas agências para identificar os pontos a serem melhorados; e desenvolvimento de ferramenta que traz maior celeridade na tramitação de propostas do segmento no que se refere à aquisição de máquinas, veículos, equipamentos, matérias-primas, estoques e insumos.

Negócios Empresariais e Corporate

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes os produtores rurais com renda bruta superior a R\$ 3,6 milhões e as empresas com faturamento anual entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 200 milhões. O segmento *Corporate* é composto pelos clientes que apresentam faturamento superior a R\$ 200,0 milhões. No primeiro semestre de 2012 foram contratadas no segmento Corporate 227 operações no montante de R\$ 1.591,0 milhões.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do governo federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014. No primeiro semestre de 2012, em relação especificamente ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014, o Banco do Nordeste contratou sete operações totalizando R\$ 160,4 milhões, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com os órgãos de controle externo. O Banco acumula em projetos de apoio financeiro à Copa do Mundo 27 financiamentos, contemplando recursos do FNE de R\$ 834 milhões, viabilizando investimentos totais de R\$ 1,9 bilhão. Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), embora não tenham sido contratadas operações no primeiro semestre de 2012, o Banco acumula 46 financiamentos contratados nos últimos anos, envolvendo empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2, cujos recursos somaram R\$ 9,5 bilhões, destacando-se as fontes FNE, com R\$ 5,1 bilhões, e FDNE, com R\$ 3,3 bilhões, tendo sido viabilizados investimentos totais da ordem de R\$ 43,4 bilhões para os setores de energia e transportes.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos, totalizaram R\$ 2.389,3 milhões no primeiro semestre de 2012, com a seguinte divisão por produto: Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro com R\$ 1.288,5 milhões; Desconto de títulos com R\$ 461,1 milhões; e Contas Garantidas com R\$ 639,7 milhões.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o primeiro semestre do ano de 2012 atingiu a cifra de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas. Houve incremento ao redor de 25,0% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foi movimentado o total de R\$ 2,4 bilhões. Com relação especificamente aos produtos de crédito focados no comércio exterior, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 652 milhões no primeiro semestre do ano. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias, tais como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE); Financiamento à Importação (Finimp); e garantias internacionais.

NEGÓCIOS FINANCEIROS

Mercado de Capitais

O Banco do Nordeste auxilia as empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, complementando e fortalecendo as ações do Banco para o desenvolvimento da Região. No primeiro semestre de 2012 o Banco participou da estruturação, coordenação e distribuição de emissões públicas de valores mobiliários de renda fixa, envolvendo valores da ordem de R\$ 2,7 bilhões.

Administração de Recursos de Terceiros

No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste estava administrando 20 fundos de investimento, sendo 12 destinados a clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e seis para investidores exclusivos. O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final do semestre, aproximadamente R\$ 3,7 bilhões, o que representa um crescimento de 8,8% em relação ao saldo final do ano de 2011.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término do primeiro semestre de 2012, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 12,2% em relação ao final de 2011. Nos ativos do Banco estão também os recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo – recursos relativos a operações contratadas e que aguardam liberação.

O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2011 para junho de 2012 está representado em sua maior parte pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento foi possível em função do aumento das disponibilidades do FNE, em R\$ 1.306,5 milhões; do incremento no volume de repasses do país e do exterior, em R\$ 274,7 milhões; da elevação em obrigações por títulos emitidos no exterior, em R\$ 721,1 milhões; do aumento

em captações de poupança, em R\$ 140,2 milhões; e da retenção de lucros no período.

No primeiro semestre de 2012 os saldos totais de ativos do FNE cresceram 7,2%, principalmente, por meio dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Nesse período ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 2.823,9 milhões, valor que supera em 7,6% os R\$ 2.625,6 milhões ingressados em igual período de 2011. Os saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) teve um acréscimo de 4,2% no semestre, atingindo o valor de R\$ 33.070,2 milhões.

ATIVOS GLOBAIS (R\$ milhões)

Discriminação	BNB			FNE		
	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012
Disponibilidades ⁽¹⁾ , Aplicações Interfinanceiras e TVM	12.650,7	13.445,2	16.532,5	1.428,1	1.593,0	2.475,5
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	-	2.780,7	2.983,2	3.407,2
Relações Interfinanceiras	336,7	304,2	359,6	1.376,5	1.434,4	1.498,6
Operações de Crédito - Retificado por Provisões	9.878,7	10.590,3	10.352,1	29.961,0	31.733,6	33.070,2
Outros Créditos - Retificado por Provisões	1.718,3	1.890,0	2.184,0	2,0	2,0	1,8
Outros Valores e Bens	22,0	17,1	27,4	1,5	1,3	1,3
Permanente	196,8	188,8	197,1	-	-	-
Total	24.803,2	26.435,6	29.652,7	35.549,8	37.747,5	40.454,6

(1) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2012, corresponde a R\$ 10.562,3 milhões, apresentando um acréscimo de 5,0% em relação à 31.12.2011, quando totalizava R\$ 10.062,8 milhões. Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do Banco do Nordeste declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam em 30.06.2012, sem a dedução de provisões, R\$ 45.536,6 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 2,5% em relação à posição de 31.12.2011.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	31.076,0	32.624,4	34.043,3
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	6.105,8	5.769,6	5.364,5
BNDES	1.136,4	1.300,3	1.427,5
Crediamigo (Fonte: BIRD, FAT, DIM e Recursos Internos)	877,6	1.177,9	1.373,9
FNE-Repasse Lei 7.827 Art. 9º, "a" (Dívida Subordinada)	830,2	888,2	922,8
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	625,9	757,3	782,9
Captações Externas (Câmbio)	634,9	857,6	660,3
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	464,6	465,3	463,2
LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)	3,0	243,5	203,3
Poupança BNB	204,1	155,6	107,8
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	59,9	101,6	104,6
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	80,4	80,4	80,4
Outras	3,4	1,8	2,1
Total	42.102,2	44.423,5	45.536,6

Os saldos por setor das operações de crédito do Banco do Nordeste demonstram uma redução de 7,2% na carteira de créditos rurais e agroindustriais, passando a representar 12,4% das aplicações em operações de crédito do Banco. O setor de indústria, comércio e serviços representa 65,3% do saldo de operações de crédito, enquanto o setor de infraestrutura e desenvolvimento representa 16,9%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R\$ milhões)

Discriminação	BNB			FNE		
	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012
Operações de Crédito	9.878,7	10.590,3	10.352,1	29.961,0	31.733,6	33.070,2
• Operações de Crédito	10.515,1	11.212,1	10.966,4	31.076,0	32.624,5	34.043,4
○ Indústria, Comércio e Serviços	6.913,6	7.147,2	7.159,5	10.329,1	11.391,5	12.260,1
○ Rurais e Agroindustriais	1.276,2	1.466,4	1.355,4	15.548,1	15.270,3	15.720,1
○ Infraestrutura e Desenvolvimento	1.669,7	1.849,3	1.854,8	4.923,4	5.826,8	5.939,3
○ Refinanciamentos	525,0	473,6	457,2	-	-	-
○ Financiamento à Exportação	-	-	-	275,4	135,9	123,9
○ Outras	130,6	275,6	139,5	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(636,4)	(621,8)	(614,3)	(1.115,0)	(890,9)	(973,2)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	503,6	578,7	513,7	-	-	-
• Outros Créditos	511,1	586,9	526,8	-	-	-
○ À Importação e Exportação	504,3	582,0	520,8	-	-	-
○ Outras	6,8	4,9	6,0	-	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7,5)	(8,2)	(13,1)	-	-	-
Total	10.382,3	11.169,0	10.865,8	29.961,0	31.733,6	33.070,2

Em relação às operações de crédito do FNE por setor destacam-se: o crescimento de 7,6% nos setores de indústria, comércio e serviços, representando 36% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o

aumento de 2,9% na carteira destinada aos financiamentos rurais e agroindustriais, a qual representa 46,2% dos saldos globais de operações de crédito do FNE.

Origem de Recursos

De dezembro de 2011 a junho de 2012, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 12,3%, conforme a seguir.

ORIGEM DE RECURSOS (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2011	31.12.2011	30.06.2012
Depósitos à vista	152,7	183,6	136,1
Depósitos de poupança	1.354,0	1.330,0	1.470,2
Depósitos a prazo	6.566,0	6.860,3	6.750,0
• FAT	549,8	622,4	621,8
• Finor	240,2	216,7	224,3
• Reinvestimentos Lei No. 8.167	506,0	453,5	473,1
• CDB	5.270,0	5.567,7	5.430,8
Depósitos Interfinanceiros e Outros	741,6	590,6	788,5
Recursos FNE (Disponibilidades)	4.210,8	4.578,2	5.884,5
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.133,8	1.286,7	1.541,2
• BNDES e Finame	1.132,8	1.285,7	1.540,3
• Outras Instituições	1,0	1,0	0,9
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	702,4	840,4	860,6
Obrigações por Empréstimos	598,1	882,8	687,3
Captações no Mercado Aberto	773,4	704,4	836,8
LCA (Letras de Crédito do Agronegócio)	0,0	196,4	203,1
Emissão de Títulos no Exterior	457,0	567,2	1.288,3
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	371,7	525,8	441,5
Passivos Contingentes	1.535,0	1.767,8	1.932,7
• FNE	1.249,4	1.386,8	1.560,1
• Causas Cíveis e Outras	111,4	198,2	194,4
• Causas Trabalhistas	174,2	182,8	178,2
Provisões Sociais e Estatutárias	181,3	12,3	73,2
Pagamentos a Efetuar	1.073,5	1.131,6	1.365,1
• Benefícios pós-emprego (Deliberação CVM 600)	918,9	985,4	1.185,9
• Outros	154,6	146,2	179,2
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.157,1	1.216,3	1.274,6
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	1.073,8	1.137,9	1.125,1
Outras Obrigações	415,3	293,8	423,5
Total das obrigações para com terceiros	22.497,5	24.106,1	27.082,3
Resultados de Exercícios Futuros	-	-	-
Patrimônio Líquido	2.305,7	2.329,5	2.570,4
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	24.803,2	26.435,6	29.652,7
Recursos FNE (demais)	30.181,9	31.953,0	33.295,5
Total	54.985,1	58.388,6	62.948,2

Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou em 30.06.2012 um Patrimônio Líquido de R\$ 2.570,4 milhões - crescimento de 10,3% em relação ao final de 2011 – e capital social de R\$ 2.142,0 milhões, valor superior aos R\$ 2.010,0 milhões em 31.12.2011, representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 246,0 milhões, montante 18,2% inferior ao apresentado no mesmo período de 2011. O lucro líquido por ação, que em 30.06.2011 era R\$ 3,46, passou para R\$ 2,83 em 30.06.2012. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio em 30.06.2012 foi de 21,19% a.a. Esse índice foi de 13,57% a.a. em 31.12.2011 e de 28,49% a.a. em 30.06.2011.

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram para 30.06.2012 um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e cobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 30.06.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco do Nordeste foi de 16,20%, enquanto o Patrimônio de Referência foi de R\$ 4.936,6 milhões. O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.193,4 milhões em 30.06.2012. Em julho de 2009 e em junho de 2010, o Banco do Nordeste celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central a considerar os valores constantes nesses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

Avaliação de Risco Internacional e Local – *Rating*

No primeiro semestre de 2012 as três principais agências internacionais de *rating* atribuíram conceitos ao Banco do Nordeste. A Moody's Investors Service confirmou o grau de investimento em escala global. Desde 2011 a Agência elevou o *rating* do Banco do Nordeste para 'Baa2' em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para 'Prime-2' para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a Agência manteve o *rating* de 'Aaa.br' de longo prazo e 'BR-1' de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva Estável. A Fitch confirmou o grau de investimento em escala global, onde os IDR's de Longo Prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDR's de curto prazo, em moeda estrangeira e em moeda local, ficaram em 'F2'. O *rating* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)',

respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do Banco do Nordeste para o desenvolvimento da região Nordeste do país. A Standard & Poor's reafirmou a perspectiva na escala global em moeda estrangeira, ficando o *rating* em 'BBB/Estável/A-3'. Em moeda nacional atribuiu 'brAAA', também Estável. Em abril de 2012 a Agência elevou o perfil de crédito individual do Banco do Nordeste de "BBB-" para "BBB". Para a Agência, os *ratings* do Banco refletem sua importância nas políticas públicas da região Nordeste do país e o apoio dado por seu acionista majoritário, o governo federal.

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

O Banco do Nordeste passou a divulgar em 2011 suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), em seu portal na internet. Não vem sendo expressivo o impacto das mudanças no patrimônio do Banco do Nordeste e nas demonstrações financeiras de 2009 a 2011 divulgadas em IFRS, em relação ao padrão contábil adotado em seus balanços individuais elaborados em obediência às normas do Banco Central, posto que muitas das regras do IASB já vinham sendo adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O Banco do Nordeste tem em sua estrutura o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que tem como responsabilidades básicas elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do Banco em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável. No primeiro semestre de 2012 o Etene realizou as seguintes avaliações: Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2011; Avaliação dos Impactos dos Investimentos do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na Geração de Emprego na Região Nordeste – 2000 a 2008; e Avaliação de Impacto Macroeconômico dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O Etene realizou também diversos trabalhos no semestre com destaque para: A participação da Agricultura Familiar no PIB do Nordeste; Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários; Análise das Contas Regionais do IBGE – Base 2009; Informe "Turismo no Nordeste – 2011"; Cenário Macroeconômico 2012; e Pesquisa "Confiança e Intenção de Compra e Perfil de Endividamento do Consumidor". Publicou 20 livros nas categorias: Série Teses e Dissertações; Documentos Etene; Série BNB Ciência e Tecnologia; Revista Econômica do Nordeste (REN); e Revista BNB Conjuntura Econômica.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Incentivando as pesquisas para o aproveitamento das potencialidades e competências regionais, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 23,6 milhões em 463 projetos no primeiro semestre de 2012. Esses projetos foram financiados pelos

três fundos administrados de apoio à pesquisa - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do Banco do Nordeste está desenhada com base em princípios de boa governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos, tendo em vista sua missão desenvolvimentista. O Banco conta com uma diretoria para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas as unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais, sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais

e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal, especialmente de gestores e responsáveis pela guarda e movimentação de numerário; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do Banco do Nordeste constará de seu Relatório Anual 2012, a ser editado ao longo do ano de 2013. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído ao público de relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil.

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O Banco do Nordeste conta com um Comitê de Auditoria – órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração –, instituído e regulamentado por intermédio da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu Relatório de Atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco. Durante o primeiro semestre de 2012 o Comitê de Auditoria focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras, procedimentos de recuperação de crédito e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, oferecendo recomendações à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e à observância de normas legais e regulamentos internos.

A Auditoria Interna, no cumprimento de sua responsabilidade de assessorar a alta administração e colegiados estatutários com informações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos da Instituição, realizou 8 trabalhos de auditoria no primeiro semestre de 2012, sendo 4 relacionados à tecnologia da informação e 4 para cumprimento de dispositivos mandatórios. No propósito de aprimorar o sistema de governança corporativa do Banco do Nordeste visando à mitigação de riscos legais, operacionais e de imagem, a Área de Auditoria coordenou, de forma integrada, as demandas oriundas de órgãos de controle, fiscalização,

supervisão e auditoria externa, bem como de outros órgãos externos, desde que originadas de trabalhos executados por esses órgãos no Banco.

A Ouvidoria é o órgão legítimo de representação do cidadão no Banco do Nordeste, provendo tratamento das demandas encaminhadas pelos clientes em instância de recurso às soluções eventualmente não satisfatórias fornecidas pelos canais habituais de atendimento. Atua como interlocutora com as instâncias internas da instituição à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, por vezes exercendo o papel de mediadora de conflitos. Com o estabelecimento de parcerias internas, a Ouvidoria estimula o aperfeiçoamento da qualidade dos processos, produtos e serviços. Durante o primeiro semestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 209 manifestações entre reclamação, denúncia, sugestão e informação.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste é um colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007, do governo federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP). No primeiro semestre de 2012 destacam-se as palestras e programas de treinamento sobre ética organizacional e na prática negocial.

Relacionamento com Investidores e com Mercado Financeiro

O Banco do Nordeste emitiu no primeiro semestre de 2012 mais um *bond* no mercado internacional visando à captação de recursos no valor de US\$ 300 milhões. O prazo dos bônus é de sete anos e a taxa do cupom foi de 4,375% ao ano, o que representa um prêmio de apenas 3,17% ao ano sobre os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, sendo um dos mais baixos já pagos por uma instituição financeira brasileira para o prazo de sete anos. No tocante a colocação de papéis no mercado de capitais, o Banco contribuiu com a distribuição de operações, alcançando no semestre o montante de R\$ 676,2 milhões nos mercados primário e secundário. Com essa atuação, o Banco do Nordeste alcançou o 7º lugar no Ranking de Distribuição no segmento de Renda Fixa, mercado primário, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) das principais instituições intermediárias em operações de mercado de capitais no Brasil.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro semestre de 2012, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 14 de agosto de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		30.06.2012	30.06.2011
CIRCULANTE		12.832.360	10.503.059
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	111.359	90.212
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	5.674.805	3.850.950
Aplicações no Mercado Aberto		5.400.698	3.503.949
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		274.107	347.001
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	280.904	252.069
Carteira Própria		277.441	251.904
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	165
Vinculados à Prestação de Garantias		3.463	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		319.655	303.971
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		42.612	74.420
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	269.689	223.826
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	5.432	4.048
Repasse Interfinanceiros.....		975	753
Correspondentes.....		947	924
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.618.119	4.439.344
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.906.796	4.817.993
Setor Público.....		96.779	58.932
Setor Privado		4.810.017	4.759.061
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(288.677)	(378.649)
OUTROS CRÉDITOS.....		1.800.100	1.544.509
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	70
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	579.857	483.434
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	24.468	23.840
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	6
Diversos	(Nota 10.e)	1.201.374	1.041.730
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(5.603)	(4.571)
OUTROS VALORES E BENS		27.418	22.004
Outros Valores e Bens		6.305	6.568
(Provisões para Desvalorizações)		(846)	(1.277)
Despesas Antecipadas		21.959	16.713
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.623.261	14.103.341
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	10.465.440	8.457.508
Carteira Própria.....		9.249.021	7.591.148
Vinculados a Compromissos de Recompra		765.531	686.918
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		184.060	128
Vinculados à Prestação de Garantias		266.828	179.314
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		39.981	32.772
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	12	340
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	36.068	28.666
Repasse Interfinanceiros.....		3.901	3.766
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.733.941	5.439.326
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.059.593	5.697.120
Setor Público		1.300.099	1.188.588
Setor Privado		4.759.494	4.508.532
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(325.652)	(257.794)
OUTROS CRÉDITOS		383.899	173.735
Diversos	(Nota 10.e)	437.740	203.922
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(53.841)	(30.187)
PERMANENTE	(Nota 12)	197.077	196.763
INVESTIMENTOS		1.705	1.492
Outros Investimentos.....		7.008	6.795
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		194.094	193.189
Imóveis de Uso		145.531	137.266
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		105.410	109.995
Outras Imobilizações de Uso		181.495	164.607
(Depreciações Acumuladas)		(238.342)	(218.679)
DIFERIDO		1.278	2.082
Gastos de Organização e Expansão.....		3.656	5.412
(Amortização Acumulada).....		(2.378)	(3.330)
TOTAL DO ATIVO		29.652.698	24.803.163

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

PASSIVO

		30.06.2012	30.06.2011
CIRCULANTE.....		12.130.526	9.831.201
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	5.229.498	4.723.715
Depósitos à Vista.....		117.046	132.148
Depósitos de Poupança.....		1.470.180	1.354.021
Depósitos Interfinanceiros.....		787.554	725.979
Depósitos a Prazo.....		2.854.718	2.511.567
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	757.199	633.871
Carteira Própria.....		681.816	545.044
Carteira de Terceiros.....		75.383	88.827
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	211.208	2.803
Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		202.694	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		8.514	2.803
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		30.986	51.723
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		30.986	51.723
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		52.625	29.247
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		51.187	29.215
Transferências Internas de Recursos.....		1.438	32
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	652.893	550.590
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		17.186	15.838
Empréstimos no Exterior.....		635.707	534.752
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	249.314	174.654
Tesouro Nacional.....		249	198
BNDES.....		234.063	167.286
FINAME.....		15.002	7.170
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	9.842	7.571
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		9.842	7.571
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	87.370	65.679
Repases do Exterior.....		87.370	65.679
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		4.849.591	3.591.348
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	43.399	32.300
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	17.246	8.885
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	73.211	181.335
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	441.469	371.743
Negociação e Intermediação de Valores		9	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	2.957.993	1.099.123
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	35.019	32.291
Diversas	(Nota 16.i)	1.281.245	1.865.671
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		14.951.731	12.666.253
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	3.915.230	4.090.696
Depósitos à Vista.....		19.018	20.563
Depósitos Interfinanceiros.....		-	14.261
Depósitos a Prazo.....		3.896.212	4.055.872
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	79.640	139.510
Carteira Própria.....		79.640	139.510
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.280.196	454.163
Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		405	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.279.791	454.163
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	34.371	47.513
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		34.371	47.513
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.291.874	959.225
Tesouro Nacional.....		614	837
BNDES.....		1.152.169	881.111
FINAME.....		139.091	77.277
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	16.938	64.000
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		16.938	64.000
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	773.227	636.686
Repases do Exterior.....		773.227	636.686
OUTRAS OBRIGAÇÕES		7.560.255	6.274.460
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	3.062.360	3.221.090
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.090.090	1.041.513
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.274.570	1.157.058
Diversas	(Nota 16.i)	2.133.235	854.799
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		16	16
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		16	16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.570.425	2.305.693
CAPITAL		2.142.000	2.010.000
De Domiciliados no País.....		2.142.000	2.010.000
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO.....		24.051	26.231
RESERVAS DE LUCROS.....		291.087	235.389
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		113.671	34.457
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO.....		29.652.698	24.803.163

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2012	1º sem/2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.929.248	1.434.137
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.001.858	783.262
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	694.472	647.989
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	114.265	(40.167)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	107.323	34.656
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	11.330	8.397
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.511.545)	(804.455)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.c)	(585.080)	(426.514)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(685.758)	(272.956)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(240.707)	(104.985)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		417.703	629.682
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(392.935)	(154.880)
Receitas de Prestação de Serviços.....		710.541	636.397
Rendas de Tarifas Bancárias.....		13.435	9.435
Despesas de Pessoal.....		(731.665)	(484.654)
Outras Despesas Administrativas.....		(419.780)	(361.890)
Despesas Tributárias.....		(96.270)	(92.373)
Outras Receitas Operacionais.....		814.052	590.530
Outras Despesas Operacionais.....		(683.248)	(452.325)
RESULTADO OPERACIONAL		24.768	474.802
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		1.119	(736)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		25.887	474.066
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	237.625	(148.204)
Provisão para Imposto de Renda.....		(86.125)	(101.061)
Provisão para Contribuição Social		(54.187)	(63.103)
Ativo Fiscal Diferido.....		377.937	15.960
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(17.506)	(25.169)
LUCRO LÍQUIDO.....		246.006	300.693
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.e)	(67.300)	(63.964)
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		2,83	3,46

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIAS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2010.....	1.850.000	1.000	28.064	88.896	159.632	-	50.130	-	(384)	2.177.338
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							(15.673)			(15.673)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Integralização de Capital.....	160.000	(1.000)			(159.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(2.642)					2.022		(620)
Encargos Tributários.....			809					(809)		-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								300.693		300.693
Destinações:										
Reservas.....				15.035	130.826			(145.861)		-
Dividendos.....								(92.081)		(92.081)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....								(63.964)		(63.964)
SALDOS EM 30.06.2011.....	2.010.000	-	26.231	103.931	131.458	-	34.457	-	(384)	2.305.693
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	160.000	(1.000)	(1.833)	15.035	(28.174)	-	(15.673)	-	-	128.355
SALDOS EM 31.12.2011.....	2.010.000	-	25.198	104.636	132.862	7.038	50.149	-	(384)	2.329.499
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							63.522			63.522
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		132.000			(132.000)					-
Incorporação ao Capital por Homologação.....	132.000	(132.000)								-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(1.912)					1.912		-
Encargos Tributários.....			765					(765)		-
OUTROS (Transferência para pagamento JCP Complementar 2011).....						(7.038)				(7.038)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								246.006		246.006
Destinações:										
Reservas.....				12.300	111.768			(124.068)		-
Dividendos e JCP.....								(61.468)		(61.468)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....								(61.521)		-
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre).....								(96)		(96)
SALDOS EM 30.06.2012.....	2.142.000	-	24.051	116.936	112.630	61.521	113.671	-	(384)	2.570.425
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	132.000	-	(1.147)	12.300	(20.232)	54.483	63.522	-	-	240.926

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2012	30.06.2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre.....	246.006	300.693
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	14.501	13.394
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(402)	18
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	240.707	104.985
Provisão para Passivo Riscos do FNE	295.316	179.867
Provisão (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600).....	253.022	36.219
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	1.824	5.803
Provisão para Passivo Contingentes.....	89.376	35.233
Reversão de Provisões Operacionais	(65.862)	(28.568)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	58.251	55.210
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	59.856	71.481
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(61.468)	(92.081)
Aplicações no Diferido.....	-	(240)
Lucro Líquido Ajustado.....	1.131.127	682.014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(85.355)	(262.492)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	20.965	(15.096)
Operações de Crédito.....	5.808	105.438
Outros Créditos.....	(230.806)	(133.631)
Outros Valores e Bens.....	(9.800)	(8.583)
Depósitos.....	180.228	304.830
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas).....	132.466	249.091
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	727.797	(28.522)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	79.183	(489.071)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	5.652	13.432
Outras Obrigações.....	1.082.513	470.830
Reserva de Reavaliação.....	-	(620)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(71.433)	(88.043)
CAIXA (GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	2.968.345	799.577
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(544.327)	(912.703)
Inversões em Investimentos.....	(137)	(56)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(22.617)	(18.345)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(326)	(426)
Alienação de Investimentos.....	-	(6)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	16	547
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	233	689
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(567.158)	(930.300)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(7.039)	(99.327)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(7.039)	(99.327)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.394.148	(230.050)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do Semestre.....	3.185.693	3.869.499
No fim do Semestre.....	5.579.841	3.639.449
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.394.148	(230.050)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2012	%	30.06.2011	%
RECEITAS	2.544.441		2.128.414	
Intermediação Financeira	1.929.248		1.434.137	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	723.976		645.832	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(240.707)		(104.985)	
Outras Receitas/Despesas	131.924		153.430	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.270.838)		(699.470)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(392.490)		(331.894)	
Materiais, Energia e Outros	(115.400)		(116.199)	
Serviços de Terceiros	(277.090)		(215.695)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	881.113		1.097.050	
RETENÇÕES	(14.501)		(13.394)	
Depreciação, amortização e exaustão	(14.501)		(13.394)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	866.612		1.083.656	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	866.612		1.083.656	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	866.612		1.083.656	
PESSOAL	673.455	77,7	446.353	41,2
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	337.608	39,0	324.141	29,9
Proventos	320.102		298.972	
Participação dos empregados nos lucros	17.506		25.169	
BENEFÍCIOS	311.545	35,9	99.618	9,2
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	253.022		36.219	
Benefícios - Outros	58.523		63.399	
FGTS	24.302	2,8	22.594	2,1
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(65.639)	(7,6)	320.007	29,5
Federais	(73.130)		312.843	
Estaduais	12		10	
Municipais	7.479		7.154	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	12.790	1,5	16.603	1,5
Aluguéis	12.790		16.603	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	246.006	28,4	300.693	27,7
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	67.300	7,8	63.964	5,9
União	63.346		60.206	
Outros	3.954		3.758	
DIVIDENDOS	55.785	6,4	92.081	8,5
União	52.507		86.671	
Outros	3.278		5.410	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	122.921	14,2	144.648	13,3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – Bacen e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);

- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009);e
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados inicialmente à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “pro rata temporis”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor justo.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de

swap) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para perdas de crédito e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2012 e 30.06.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.040.380	704.039	2.744.419	1.350.134	673.797	2.023.931
Receitas de Operações de Crédito	1.001.858	-	1.001.858	783.262	-	783.262
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	443.549	250.923	694.472	370.341	277.648	647.989
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	114.265	-	114.265	(40.167)	-	(40.167)
Resultado de Operações de Câmbio	107.323	-	107.323	34.656	-	34.656
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.330	-	11.330	8.397	-	8.397
Outras Receitas	362.055	453.116	815.171	193.645	396.149	589.794
Despesas	(1.298.274)	(564.261)	(1.862.535)	(539.621)	(443.709)	(983.330)
Despesas de captação no mercado	(585.080)	-	(585.080)	(426.514)	-	(426.514)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(446.124)	(239.634)	(685.758)	(8.122)	(264.834)	(272.956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(240.707)	(294.867)	(535.574)	(104.985)	(178.875)	(283.860)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(26.363)	(29.633)	(55.996)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(127)	(127)	-	(101)	(101)
Margem Financeira	742.106	139.778	881.884	810.513	230.088	1.040.601
Rendas de Prestação de Serviços	117.023	593.518	710.541	115.569	520.828	636.397
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	13.435	-	13.435	9.435	-	9.435
Pasep e Cofins ⁽¹⁾	(39.371)	(48.608)	(87.979)	(40.363)	(44.689)	(85.052)
Resultado após tarifas e comissões	833.193	684.688	1.517.881	895.154	706.227	1.601.381
Despesas Administrativas			(1.151.445)			(846.544)
Despesas de pessoal			(731.665)			(484.654)
Depreciação e Amortização			(14.501)			(13.394)
Outras despesas administrativas			(405.279)			(348.496)
Outras Despesas			(305.345)			(239.634)
Despesas de provisões, exceto crédito			(35.204)			(41.137)
Lucro antes da tributação e participações			25.887			474.066
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			237.625			(148.204)
Participações no lucro			(17.506)			(25.169)
Lucro Líquido			246.006			300.693

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 217 (R\$ 31 em 30.06.2011) compõem o saldo de Outras Despesas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Disponibilidades em moeda nacional	110.141	87.582
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.218	2.630
Total da Disponibilidade de Caixa	111.359	90.212
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	34.724	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.433.758	3.549.237
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	5.579.841	3.639.449

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Aplicações no Mercado Aberto	5.400.698	3.503.949
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	5.325.315	3.415.123
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	75.383	88.826
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	274.107	347.001
Aplicações em Moeda Estrangeira	62.923	36.177
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	211.184	310.824
Total	5.674.805	3.850.950
Saldo de Curto Prazo	5.674.805	3.850.950

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	180.976	177.258
Posição Bancada	175.836	172.678
Posição Financiada	5.140	4.580
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	13.384	16.240
Total	194.360	193.498

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Títulos Disponíveis para Venda	10.546.353	8.698.275
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.931	11.009
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	184.060	293
Total	10.746.344	8.709.577
Saldo de Curto Prazo	280.904	252.069
Saldo de Longo Prazo	10.465.440	8.457.508

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2012				30.06.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	9.926.445	10.047.911	121.466		8.303.029	8.260.448	(42.581)	
Letras Financeiras do Tesouro	7.718.156	7.737.241	19.085	2012 a 2018	6.502.958	6.501.693	(1.265)	2011 a 2017
Letras do Tesouro Nacional	8	8	-	2014	-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.120.056	1.328.930	208.874	2050	1.065.138	1.051.365	(13.773)	2050
Letras Financeiras	232.871	218.009	(14.862)	2014 a 2016	30.309	30.309	-	2016
Debêntures	815.000	750.082	(64.918)	2013 a 2018	653.908	653.222	(686)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	8.136	7.992	(144)	2013	19.031	19.031	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.993	5.413	(1.580)	2027	7.522	4.696	(2.826)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	24.909	-	(24.909)	1993	23.984	-	(23.984)	1993
Títulos da Dívida Agrária	316	236	(80)	2012 a 2022	179	132	(47)	2011 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	15.503	14.159	(1.344)		13.732	12.452	(1.280)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.344	-	(1.344)	2014	1.280	-	(1.280)	2014
Cotas de FIDC	13.830	13.830	-	2014	12.207	12.207	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	229	229	-	Sem Vencimento	245	245	-	Sem Vencimento
FGO – Fundo de Garantia de Operações	100	100	-	Sem Vencimento	-	-	-	
Títulos de Renda Variável	144.159	213.992	69.833		144.159	246.061	101.902	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	4.211	296	(3.915)	Sem Vencimento	4.211	552	(3.659)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	213.696	73.748	Sem Vencimento	139.948	245.509	105.561	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	270.794	270.291	(503)		179.926	179.314	(612)	
Letras Financeiras do Tesouro	266.178	266.693	515	2012 a 2017	175.630	175.625	(5)	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	742	89	(653)	1993 a 2027	607	-	(607)	1993
Debêntures	3.874	3.509	(365)	2018	3.689	3.689	-	2018
Total da Categoria	10.356.901	10.546.353	189.452		8.640.846	8.698.275	57.429	
Crédito Tributário (Nota 10.e)	-	-	52.967		-	-	19.255	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(128.748)		-	-	(42.227)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	113.671		-	-	34.457	

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 143.125 (R\$ 129.191 em 30.06.2011); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$1.619 (R\$ 33.126 em 30.06.2011); Garantias em Processos Judiciais R\$ 110.779 (R\$ 3.689 em 30.06.2011); e Demais Garantias R\$ 14.769 (R\$ 13.309 em 30.06.2011).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 189.452 (R\$ 57.429 em 30.06.2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 113.671 (R\$ 34.457 em 30.06.2011).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	15.931	15.931		11.009	11.009	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.738	1.738	2013	2.341	2.341	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	240	240	2013 a 2014	436	436	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	10.387	10.387	2017	7.082	7.082	2017
FGO-Fundo de Garantia de Operações	-	-		172	172	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	3.566	3.566	2018	978	978	2018
Total da Categoria	15.931	15.931		11.009	11.009	

a.4) No primeiro semestre de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	180.976	177.258
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	13.384	16.240
Títulos de Renda Fixa	496.973	451.724
Títulos de Renda Variável	3.139	2.767
Total	694.472	647.989

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2012, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2012							
Especificação	Vr. Nocional	Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	184.060	-	159.170	-	24.890	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	262.263	-	26.780	-	9.077	-	17.703
Total	1.349.898	184.060	26.780	159.170	9.077	24.890	17.703

Composição em 30.06.2011							
Especificação	Vr. Nocional	Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	53.357	-	41.005	-	12.352
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	341.219	293	18.214	122	12.727	171	5.487
Total	850.239	293	71.571	122	53.732	171	17.839

Especificação	30.06.2012		30.06.2011	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	4.755	105	5.059
3 a 12 meses	-	5.087	60	2.513
1 a 3 anos	-	13.648	128	8.829
3 a 5 anos	118.507	3.290	-	55.170
5 a 15 anos	65.553	-	-	-
Total	184.060	26.780	293	71.571

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>						
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira Dólar	1.261.532	1.286.034	24.890	477.441	465.089	(12.352)
Item Objeto de <i>Hedge</i>						
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.220.229	1.287.241	67.012	470.782	456.615	(14.167)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários, com relação ao Item Objeto de *Hedge*

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do semestre.

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
<i>Swap</i> - Taxa Prefixada	339.781	357.359	17.703	440.226	445.542	5.316

c.3) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	50.707	-
Total	50.707	-

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
<i>Swap</i>	114.265	(40.167)
Total	114.265	(40.167)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	243.714	-	243.714	195.532	-	195.532
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	25.975	-	25.975	28.294	-	28.294
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	58.515	(22.447)	36.068	55.102	(26.436)	28.666
Tesouro Nacional - Crédito Rural	6.603	(1.159)	5.444	5.595	(1.207)	4.388
Total	334.807	(23.606)	311.201	284.523	(27.643)	256.880
Saldo de Curto Prazo	276.280	(1.159)	275.121	229.081	(1.207)	227.874
Saldo de Longo Prazo	58.527	(22.447)	36.080	55.442	(26.436)	29.006

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.512	7.166
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.623	1.677
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	28	67
Desvalorização de Créditos Vinculados	2.167	(513)
Total	11.330	8.397

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2012		30.06.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.966.389	(614.329)	10.515.113	(636.443)
Curto Prazo	4.906.796	(288.677)	4.817.993	(378.649)
Longo Prazo	6.059.593	(325.652)	5.697.120	(257.794)
Outras Rubricas com Características de Crédito	526.811	(13.062)	511.076	(7.480)
Curto Prazo	525.965	(5.379)	510.187	(4.572)
Longo Prazo	846	(7.683)	889	(2.908)
Total	11.493.200	(627.391)	11.026.189	(643.923)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Adiantamentos a Depositantes	152	750
Empréstimos	5.033.009	5.025.665
Títulos Descontados	165.099	163.773
Financiamentos	1.960.954	1.723.162
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	139.487	130.647
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	457.171	525.012
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.355.433	1.276.179
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.854.841	1.669.682
Subtotal de Operações de Crédito	10.966.389	10.515.113
Avais e Fianças Honrados	-	70
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.543	9.909
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.655	2.627
Títulos e Créditos a Receber	4.348	4.082
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	507.265	494.388
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	526.811	511.076
Total	11.493.200	11.026.189

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Empréstimos e Títulos Descontados	489.681	438.179
Financiamentos	394.809	222.349
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	75.305	75.881
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	41.389	47.207
Avais e Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	674	(355)
Total	1.001.858	783.262

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
Rural	25.828	56.023	34.952	88.480	54.135	1.058.965	1.318.383	1.224.692
Indústria	112.729	71.610	69.275	277.401	373.375	1.398.546	2.302.936	2.840.168
Governo	4.531	5.984	19.315	18.076	49.247	1.300.224	1.397.377	1.225.319
Outros Serviços	382.107	376.630	337.738	565.316	759.343	1.615.035	4.036.169	2.959.718
Comércio	196.054	116.066	96.566	321.654	441.800	357.816	1.529.956	1.818.695
Intermediários Financeiros	15.358	15.707	13.382	36.301	62.981	190.212	333.941	381.522
Habitação	984	664	539	816	145	26	3.174	243
Pessoas Físicas	5.040	3.835	3.713	10.803	9.587	17.820	50.798	50.960
Total	742.631	646.519	575.480	1.318.847	1.750.613	5.938.644	10.972.734	10.501.317

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	297	284	142	1.100	1.576	6.030	9.429	25.722
Indústria	4.824	4.957	3.519	9.011	14.290	28.441	65.042	145.237
Outros Serviços	4.702	4.241	3.910	9.540	15.983	42.356	80.732	56.917
Comércio	7.494	6.548	6.251	25.165	24.059	42.866	112.383	62.389
Intermediários Financeiros	127	121	128	357	864	1.425	3.022	4.344
Habitação	5	5	4	-	-	-	14	-
Pessoas Físicas	534	419	366	709	1.383	1.547	4.958	4.140
Total	17.983	16.575	14.320	45.882	58.155	122.665	275.580	298.749

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	127	9.852	227	2.506	3.674	4.342	15.105	35.833	36.510
Indústria	999	2.027	4.080	10.120	19.802	22.126	68	59.222	73.396
Outros Serviços	760	12.384	8.546	10.456	21.408	12.106	125	65.785	61.427
Comércio	2.114	10.323	17.841	6.589	17.455	24.156	318	78.796	51.081
Intermediários Financeiros	-	-	130	139	428	730	-	1.427	155
Habitação	-	5	1	-	-	-	-	6	-
Pessoas Físicas	50	545	442	417	1.087	1.240	36	3.817	3.554
Total	4.050	35.136	31.267	30.227	63.854	64.700	15.652	244.886	226.123

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2012				30.06.2011			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.544.263	-	3.544.263	-	2.954.782	-	2.954.782	-
A	4.474.679	-	4.474.679	22.373	4.711.340	-	4.711.340	23.557
B	1.850.293	63.360	1.913.653	19.137	2.332.572	34.760	2.367.332	23.673
C	293.108	51.794	344.902	10.347	155.943	40.965	196.908	5.907
D	545.661	38.188	583.849	58.385	106.049	23.605	129.654	12.965
E	30.232	51.733	81.965	24.589	41.306	25.394	66.700	20.010
F	11.446	35.777	47.223	23.611	12.309	41.339	53.648	26.824
G	29.149	83.243	112.392	78.675	23.420	26.042	49.462	34.624
H	193.903	196.371	390.274	390.274	163.596	332.767	496.363	496.363
Total	10.972.734	520.466	11.493.200	627.391	10.501.317	524.872	11.026.189	643.923

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Semestre

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de provisão líquida no semestre	240.389	104.418
(-) Créditos baixados como prejuízo no semestre	(243.058)	(113.413)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	627.391	643.923
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	46.382	27.278
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	673.773	671.201

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	232.462	132.480
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	7.927	-
(-) Reversões de provisões operacionais	-	(28.062)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	240.389	104.418
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	318	567
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	240.707	104.985

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 41.389 (R\$ 47.207 em 30.06.2011) e as renegociações importaram em R\$ 454.333 (R\$ 287.948 em 30.06.2011).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008 e nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2012, um efeito positivo no valor de R\$ 32.077 (R\$ 88.288 em 30.06.2011), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Efetivação de Rendas	13.308	33.500
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	13.096	16.707
Despesas com Deságios	(3.272)	(12.025)
Efeito Líquido de Provisões	8.945	50.106
Total	32.077	88.288

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	70
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	579.857	483.434
c) Rendas a Receber	24.468	23.840
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	6
e) Diversos	1.639.114	1.245.652
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	628.566	293.313
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	52.967	19.255
Devedores por Depósitos em Garantia	667.046	710.278
Impostos e Contribuições a Compensar	79.186	95.424
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	69.622	86.656
Outros Valores	9.564	8.768
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.348	4.082
Adiantamentos e Antecipações Salariais	21.061	18.698
Pagamentos a Ressarcir	8.317	8.075
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.439	2.971
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	25.490	17.353
Outros Valores	120.946	49.455
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.444)	(34.758)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(13.062)	(7.480)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.382)	(27.278)
Total	2.183.999	1.718.244
Saldo de Curto Prazo	1.800.100	1.544.509
Saldo de Longo Prazo	383.899	173.735

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Ativo – Outros Créditos	579.857	483.434
Câmbio Comprado a Liquidar	564.192	468.045
Direitos sobre Vendas de Câmbio	5.971	6.862
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.849)	(1.382)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.543	9.909
Ativo Circulante (Nota 10.b)	579.857	483.434
Passivo – Outras Obrigações	17.246	8.885
Obrigações por Compras de Câmbio	518.699	496.439
Câmbio Vendido a Liquidar	5.812	6.834
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(507.265)	(494.388)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	17.246	8.885

b) Resultado de Câmbio

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de Câmbio	107.633	34.865
Despesas de Câmbio	(310)	(209)
Total	107.323	34.656

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 30.06.2012			30.06.2012			30.06.2011
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões					
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	5.011	(5.011)	-	-
Ações e Cotas	652	-	-	652	944	(292)	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	916	137	-	1.053	1.053	-	1.053	840
Total	1.568	137	-	1.705	7.008	(5.303)	1.705	1.492

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 30.06.2012			30.06.2012			30.06.2011	
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	100.517	7.772	-	(4.618)	103.671	233.916	(130.245)	103.671	103.725
Sistema de Processamento de Dados	23.151	10.656	(2)	(4.719)	29.086	79.198	(50.112)	29.086	25.740
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	2.321	(14)	(2.096)	22.298	52.586	(30.288)	22.298	22.525
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025	17.245
Instalações	7.259	547	-	(734)	7.072	16.714	(9.642)	7.072	7.651
Sistema de Comunicação	139	3	-	(13)	129	425	(296)	129	155
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	4.206	440	-	-	4.646	4.646	-	4.646	4.488
Sistema de Segurança	4.867	878	-	(484)	5.261	11.805	(6.544)	5.261	3.933
Sistema de Transporte	6.318	-	-	(1.412)	4.906	16.121	(11.215)	4.906	7.728
Total	185.569	22.617	(16)	(14.076)	194.094	432.436	(238.342)	194.094	193.189

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

(2) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 30.06.2012			30.06.2012			30.06.2011	
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽¹⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	1.695	-	-	(421)	1.274	3.615	(2.341)	1.274	2.070
Gastos com aquisição Desenvolvimento de Logiciais	8	-	-	(4)	4	41	(37)	4	12
Total	1.703	-	-	(425)	1.278	3.656	(2.378)	1.278	2.082

(1) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Depósitos à Vista	136.064	152.711
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	26.754	26.536
Depósitos de Governos	26.943	37.339
Depósitos Vinculados	35.914	51.251
Pessoas Jurídicas	18.706	22.197
Pessoas Físicas	24.971	14.026
Outros Valores	2.776	1.362
Depósitos de Poupança	1.470.180	1.354.021
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	920.910	800.465
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	548.394	552.468
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	876	1.088
Depósitos Interfinanceiros	787.554	740.240
Depósitos a Prazo	6.750.930	6.567.439
Depósitos a Prazo	4.758.333	4.758.125
Depósitos Judiciais com Remuneração	672.456	511.918
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27)	80.763	27.601
Proger Urbano	10.382	2.335
Pronaf	402	133
Protrabalho	5.339	1.321
Infraestrutura	22.569	23.565
Estiagem	1.779	105
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	40.292	142
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27)	540.995	522.166
Proger Urbano	63.960	61.477
Pronaf	-	824
Protrabalho	143.198	177.350
Infraestrutura	238.422	255.435
Estiagem	7.267	10.773
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	88.148	16.307
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	697.426	746.225
Outros Valores	957	1.404
Total	9.144.728	8.814.411
Saldo de Curto Prazo	5.229.498	4.723.715
Saldo de Longo Prazo	3.915.230	4.090.696

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Carteira Própria	761.456	684.554
Letras Financeiras do Tesouro	761.456	684.554
Carteira de Terceiros	75.383	88.827
Letras Financeiras do Tesouro	-	30.386
Notas do Tesouro Nacional	75.383	58.441
TOTAL	836.839	773.381
Saldo de Curto Prazo	757.199	633.871
Saldo de Longo Prazo	79.640	139.510

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Despesas de Captações com Depósitos	(548.769)	(394.065)
Depósitos a Prazo	(218.081)	(266.388)
Depósitos de Poupança	(33.009)	(32.160)
Depósitos Judiciais	(23.633)	(11.628)
Depósitos Interfinanceiros	(7.423)	(11.071)
Depósitos Especiais - FAT	(47.906)	(54.205)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(214.021)	-
Outros Depósitos	(4.696)	(18.613)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(36.311)	(32.449)
Carteira de Terceiros	(5.154)	(4.584)
Carteira Própria	(31.157)	(27.865)
Total	(585.080)	(426.514)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
Empréstimos no País	17.186	-	34.371	-	-	-	51.557	63.351
Empréstimos no Exterior	241.657	394.050	-	-	-	-	635.707	534.752
Repasses do País	59.325	189.989	232.446	367.262	470.380	221.786	1.541.188	1.133.879
Repasses do Exterior	14.852	72.518	171.142	178.041	387.619	36.425	860.597	702.365
Total	333.020	656.557	437.959	545.303	857.999	258.211	3.089.049	2.434.347

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	51.557	63.351
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	635.707	534.752
Total		687.264	598.103
Saldo de Curto Prazo		652.893	550.590
Saldo de Longo Prazo		34.371	47.513

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	863	1.035
BNDES		1.386.232	1.048.397
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.023.299	817.045
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	362.933	231.352
Finame		154.093	84.447
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	137.519	68.488
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.574	15.959
Total		1.541.188	1.133.879
Saldo de Curto Prazo		249.314	174.654
Saldo de Longo Prazo		1.291.874	959.225

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
BID-Produtor	USD + 1,10 ou UCBI + 1,79	853.368	696.159
BID-Outros Programas	USD + 1,10	6.921	5.809
Outros Programas	USD + 6,0	308	397
Total		860.597	702.365
Saldo de Curto Prazo		87.370	65.679
Saldo de Longo Prazo		773.227	636.686

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.025)	(2.476)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.025)	(2.476)
Despesas de Obrigações por Repasses	(320.845)	(55.423)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(178.966)	(46.623)
Tesouro Nacional	(6)	(44)
BNDES	(176.168)	(40.225)
Finame	(2.792)	(1.487)
Outras Instituições	-	(4.867)
Despesas de Repasses do Exterior	(141.879)	(8.800)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(127.806)	(3.407)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(235.082)	(211.650)
Total	(685.758)	(272.956)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2011 ⁽²⁾
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	610.019	635.391	456.966
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	611.275	652.914	-
Total				600.000	1.221.294	1.288.305	456.966
Saldo de Curto Prazo						8.514	2.803
Saldo de Longo Prazo						1.279.791	454.163

(1) As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

(2) Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2012	30.06.2011
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	198.692	203.099	-
Saldo de Curto Prazo			202.694	-
Saldo de Longo Prazo			405	-

(1) Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.399	32.300
Recursos do Proagro	425	504
Recebimento de Tributos Federais	39.032	27.910
IOF a Recolher	3.541	3.315
Outros Tributos e Assemelhados	401	571
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	17.246	8.885
c) Sociais e Estatutárias	73.211	181.335
Dividendos e Bonificações a Pagar	61.810	156.253
Participações nos Lucros	11.070	25.082
Outros Tributos e Assemelhados	331	-
d) Fiscais e Previdenciárias	441.469	371.743
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	112.271	106.080
Impostos e Contribuições	80.562	78.786
Causas Fiscais	31.709	27.294
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	137.658	52.841
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	128.748	42.227
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	8.910	10.614
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	141.077	164.973
Imposto de Renda	86.603	101.567
Contribuição Social	54.474	63.406
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	50.463	47.849
e) Negociação e Intermediação de Valores	9	-
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.020.353	4.320.213
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	5.884.546	4.210.821
Outros Valores	135.807	109.392
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.125.109	1.073.804
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.274.570	1.157.058
i) Diversas	3.414.480	2.720.470
Provisão para Passivos Contingentes	1.932.741	1.535.025
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	178.247	174.209
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	101.637	107.024
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	103	44
FNE (Nota 22.e.vii)	1.560.138	1.249.397
Repasse	1.243	388
Risco Integral	90.000	81.339
Risco Compartilhado	1.468.895	1.167.670
FDNE (Nota 22.e.viii)	1.915	1.168
Proagro (Nota 22.e.ix)	3.402	3.183
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	87.299	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.365.144	1.073.495
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 600	1.185.819	918.884

Plano de Aposentadoria e Pensão	514.543	467.499
Plano de Assistência Médica	671.276	451.385
Despesa de Pessoal	142.012	127.310
Outros Valores	37.313	27.301
Outros Valores	116.595	111.950
Total	12.409.846	9.865.808
Saldo de Curto Prazo	4.849.591	3.591.348
Saldo de Longo Prazo	7.560.255	6.274.460

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Bacen autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2012	30.06.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.125.109	1.073.804

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Bacen.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.274.570	1.157.058
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	351.737	326.846
Recursos aplicados ⁽²⁾	922.833	830.212
Total	1.274.570	1.157.058

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Bacen.

Composição em 30.06.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 30.06.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 24.051 (R\$ 26.231 em 30.06.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no semestre importa em R\$ 1.147 (R\$ 1.833 em 30.06.2011) e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2012, representam, respectivamente, R\$ 29,90 e R\$ 21,99 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
1. Lucro Líquido	246.006	300.693
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.147	1.213
3. Lucro Líquido Ajustado	247.153	301.906
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	12.300	15.035
Dividendos (Nota 19.e)	55.785	92.081
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	67.300	63.964
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	111.768	130.826

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,05% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Por conta dessa proposição, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe correspondente a 25% do Lucro Líquido do semestre (R\$ 61.468), referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 61.521 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
1. Lucro Líquido do Semestre	246.006	300.693
2. Reserva Legal Constituída	(12.300)	(15.035)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.147	1.213
4. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	11.070	24.901
5. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	245.923	311.772
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no semestre (Nota 19.d)	67.300	63.964
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(96)	(132)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	67.204	63.832
9. Dividendos Propostos (Nota 19.d)	55.785	92.081
10. Total destinado aos acionistas (item 6+ item 9)	123.085	156.045
- JCP de R\$ 0,740834598495 por ação ordinária (em 30.06.2011: JCP de R\$ 0,70411790847 por ação ordinária)	35.913	34.133
- JCP de R\$ 0,814918058381 por ação preferencial (em 30.06.2011: JCP de R\$ 0,774529699118 por ação preferencial)	31.387	29.831
- Dividendos de R\$ 0,614076191098 por ação ordinária (em 30.06.2011: JCP de R\$ 1,013624291404 por ação ordinária)	29.769	49.137
- Dividendos de R\$ 0,67548381043 por ação preferencial (em 30.06.2011: JCP de R\$ 1,114986720752 por ação preferencial)	26.016	42.944

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 26.516 (R\$ 25.502 em 30.06.2011).

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Receitas de Prestação de Serviços	710.541	636.397
Administração de Fundos de Investimentos	8.169	6.570
Administração de Fundos e Programas	604.116	531.848
Prestação de Serviços	98.256	97.979
b) Rendas de Tarifas Bancárias	13.435	9.435
c) Despesas de Pessoal	(731.665)	(484.654)
Proventos	(315.990)	(295.749)
Encargos Sociais	(116.229)	(113.203)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(94.616)	(11.495)
Plano de Assistência Médica	(158.406)	(24.724)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(46.424)	(39.483)
d) Outras Despesas Administrativas	(419.780)	(361.890)
Processamento de Dados	(74.100)	(57.387)
Propaganda e Publicidade	(14.432)	(12.687)
Serviços de Terceiros	(144.795)	(116.461)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.085)	(21.487)
Viagens	(8.008)	(6.627)
Comunicações	(15.669)	(14.110)
Depreciação e Amortização	(14.501)	(13.394)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.686)	(15.277)
Vigilância, Segurança e Transporte	(18.912)	(15.085)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(8.780)	(9.248)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.508)	(9.351)
Serviços Técnicos Especializados	(22.030)	(15.472)
Seguros	(2.160)	(2.025)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(23.133)	(30.051)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(703)	(539)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.935)	(1.758)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(14.000)	(9.200)
Outros Valores	(11.343)	(11.731)
e) Despesas Tributárias	(96.270)	(92.373)
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(88.196)	(85.083)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.138)	(6.839)
Outros Valores	(936)	(451)
f) Outras Receitas Operacionais	814.052	590.530
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	454.862	397.411
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	205.213	98.712
Recuperação de Encargos e Despesas	3.182	4.137
Reversão de Provisões Operacionais	63.695	291
Juros e Comissões	476	513
Correção Monetária	663	5.023
Resultado da Marcação a Mercado	-	106
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	23.058	34.900
Outros Valores	62.903	49.437
g) Outras Despesas Operacionais	(683.248)	(452.325)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(4.287)	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(155.996)	(74.950)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(3)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.757)	(4.188)
Encargos de Operações de Crédito	(4.220)	(4.804)
Riscos Fiscais	(1.824)	(5.803)
Riscos com Operações do FNE	(294.867)	(178.975)
Riscos com Operações do FDNE	(322)	(891)
Causas Trabalhistas	(19.288)	(19.361)
Causas Cíveis	(14.089)	(15.872)
Outras Causas	(3)	-
Outros Passivos Contingentes	(55.996)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(59.856)	(71.481)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(14.657)	(17.070)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(43.594)	(38.140)
Outros Valores	(11.489)	(20.790)
Total	(392.935)	(154.880)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2012 foi de R\$ 86.125 (R\$ 101.061 em 30.06.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 54.187 (R\$ 63.103 em 30.06.2011).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	25.887	474.066	25.887	474.066
Participações Estatutárias s/Lucro (PLR)	(17.506)	(25.169)	(17.506)	(25.169)
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)	(67.300)	(63.964)	(67.300)	(63.964)
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(58.919)	384.933	(58.919)	384.933
Adições/Exclusões Permanentes	(18.774)	(15.650)	(18.774)	(15.650)
Adições/Exclusões Temporárias	440.853	53.424	440.853	53.424
Resultado Tributável antes das Compensações	363.160	422.707	363.160	422.707
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	363.160	422.707	363.160	422.707
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(90.778)	(105.665)	(54.474)	(63.406)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.175	4.099	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	478	505	287	303
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(86.125)	(101.061)	(54.187)	(63.103)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	236.215	9.980	141.722	5.980
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	150.090	(91.081)	87.535	(57.123)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação	254,74%	23,66%	148,57%	14,84%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.125	101.061	54.187	63.103
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	478	506	287	303
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.603	101.567	54.474	63.406
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(49.174)	(60.567)	(22.259)	(27.434)
Valor do Ajuste no Período	37.429	41.000	32.215	35.972

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IR devido + alíquota de 10% como adicional de IR ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

Em abril/2012 o Banco constituiu créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas em operações de crédito realizadas com recursos do FNE, excetuando-se as operações que não se enquadrem nos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002. Os créditos ativados referentes a essas operações foram constituídos com base em Estudos Técnicos realizados naquela data que demonstram a probabilidade de sua realização no prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular Bacen nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453
(+) Constituição de Créditos	264.810	2.513.930	158.893	1.508.358	423.703	4.022.288
(-) Realização de Créditos	(28.595)	(2.495.484)	(17.171)	(1.497.290)	(45.766)	(3.992.774)
Saldo Final em 30.06.2012	392.849	33.104	235.717	19.863	628.566	52.967

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	51.439	1.004.680	30.870	602.808	82.309	1.607.488
(-) Realização de Créditos	(41.458)	(1.001.316)	(24.890)	(600.789)	(66.348)	(1.602.105)
Saldo Final em 30.06.2011	183.317	12.034	109.996	7.221	293.313	19.255

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	3.724.298	3.065.459	3.724.298	3.065.459
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	931.074	766.365	558.644	459.819
3. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	33.104	12.034	19.863	7.221
4. Total dos Créditos Tributários (item 2 + item 3)	964.178	778.399	578.507	467.040
5. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	392.849	183.317	235.717	109.996
6. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	33.104	12.034	19.863	7.221
7. Total de Créditos Tributários Ativados (item 5+ item 6)	425.953	195.351	255.580	117.217
8. Créditos Tributários Não Ativados (item 4 - item 7) ⁽¹⁾	538.225	583.048	322.927	349.823

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2012

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7,42	73.695	71.104	44.217	42.662	117.912	113.766
2013	8,45	92.201	82.029	55.321	49.217	147.522	131.246
2014	8,96	39.799	32.496	23.879	19.498	63.678	51.994
2015	8,88	26.093	19.568	15.656	11.741	41.749	31.309
2016	8,58	104.220	71.980	62.532	43.188	166.752	115.168
2017	8,58	56.841	36.156	34.112	21.698	90.953	57.854
TOTAL		392.849	313.333	235.717	188.004	628.566	501.337

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente, consideramos a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 13.07.2012.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
2012	11.844	7.106	18.950
2013	38	23	61
2014	1.833	1.100	2.933
2015	2.328	1.397	3.725
2016	15.924	9.555	25.479
2017 a 2019	729	438	1.167
2020 a 2022	7	4	11
2027 a 2029	401	240	641
TOTAL	33.104	19.863	52.967

c) Despesas Tributárias

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(88.196)	(85.083)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.138)	(6.839)
Outros Valores	(936)	(451)
Total	(96.270)	(92.373)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litúgio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na

condução do processo judicial ou administrativo.

- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota.

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
a) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	80.562	80.562	01	78.786	78.786	01
a.2) Causas Fiscais	907.956	31.709	196	761.677	27.294	204
i) Obrigação Legal	612	612	08	908	908	09
ii) Outras Obrigações-Diversas	907.344	31.097	188	760.769	26.385	195
Provável	31.097	31.097	-	26.385	26.385	-
Possível	663.057	-	-	544.286	-	-
Remota	213.190	-	-	190.098	-	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)						
b.1) Causas Trabalhistas	264.439	178.247	821	248.467	174.209	803
Provável	178.247	178.247	-	174.209	174.209	-
Possível	31.812	-	-	32.985	-	-
Remota	54.380	-	-	41.273	-	-
b.2) Causas Cíveis	2.748.040	101.637	5.166	2.276.677	107.024	4.792
Provável	101.637	101.637	-	107.024	107.024	-
Possível	495.271	-	-	481.693	-	-
Remota ⁽¹⁾	2.151.132	-	-	1.687.960	-	-
b.3) Outras Causas	1.487	103	43	1.713	44	40
Provável	103	103	-	44	44	-
Possível	976	-	-	658	-	-
Remota	408	-	-	1.011	-	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef- R\$ 637.284; b) repetição de indébito- R\$ 241.830; c) indenização por danos morais e materiais- R\$ 170.215; e d) pagamento de multa e indenização por danos morais- R\$ 137.640. Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.186.968.

e) Movimentação das Provisões

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	2.891	4.231
Reversão/Utilização/Baixa	(4.598)	(292)
Saldo Final	80.562	78.786
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	95	357
Reversão/Utilização/Baixa	(546)	-
Saldo Final	612	908
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	1.924	2.054
Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(1.796)
Saldo Final	31.097	26.385
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	21.909	19.547
Reversão/Utilização/Baixa	(26.486)	(7.201)
Saldo Final (Nota 16.i)	178.247	174.209

v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	29.966	15.872
Reversão/Utilização/Baixa	(34.982)	(1.818)
Saldo Final (Nota 16.i)	101.637	107.024
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	29	1
Reversão/Utilização/Baixa	(66)	(22)
Saldo Final (Nota 16.i)	103	44
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	294.866	178.875
Reversão/Utilização/Baixa	(121.535)	(107.235)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.560.138	1.249.397
viii) FDNE		
Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	322	891
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	1.915	1.168
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.299	3.300
Constituição	103	100
Reversão/Utilização/Baixa	-	(217)
Saldo Final (Nota 16.i)	3.402	3.183
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	55.996	-
Reversão/Utilização/Baixa	(55.248)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	87.299	-

f)O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g)Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h)A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 297.064. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 242.908 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.06.2012, perfazem respectivamente, R\$ 172.663 e R\$ 117.096. Na posição de 30.06.2011, representavam, respectivamente, R\$ 141.186 e R\$ 95.749, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 90.910. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 76.972, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 35.415. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 29.986 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 25.516. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 1.903 com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Demandas Trabalhistas	422.459	394.856
Demandas Fiscais	203.130	283.871
Demandas Cíveis	31.157	21.943
Total	656.746	700.670

j) Em “Outros Passivos Contingentes”, encontra-se registrado o valor de R\$ 67.088, referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna. Nessa rubrica, o Banco também registrou o valor de R\$ 15.155 relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação. Em 30.06.2011, não havia valores provisionados em outros passivos contingentes.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2012	30.06.2011
Máxima	26.481,45	24.275,20
Mínima	948,65	887,65
Média	7.145,29	6.343,62

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Semestre

Especificação	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	218.279,62	145.328,43	15.684,66	16.012,10	15.684,66	16.012,10
Menor remuneração individual	153.833,77	145.294,47	15.684,66	16.012,10	15.684,66	16.012,10
Remuneração média individual	186.409,97	148.130,79	15.684,66	16.069,20	15.725,25	15.915,98
Número de membros ⁽²⁾	7	7	6	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 59ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 30.03.2012.

⁽²⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2012, o número de funcionários do Banco totalizava 6.029 (6.049 em 30.06.2011), registrando-se, uma redução de 0,33% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

No semestre foi provisionado o valor de R\$ 17.506 (R\$ 25.169 em 30.06.2011), referente à participação dos empregados e administradores nos lucros. Desse montante, R\$ 140 refere-se à participação dos administradores do Banco, aprovada na 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária, de 30.03.2012. Em junho de 2012, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 6.296, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2011, aprovado na 92ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2012, também registrado na mesma rubrica. Por fim, em junho de 2012, foi provisionado o valor de R\$ 11.070, referente à participação dos empregados no resultado do 1º semestre, equivalente a 8,99% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 4,5% do lucro líquido do semestre.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco no reconhecimento de suas obrigações:

a) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

b) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

b.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos

funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

b.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

b.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

b.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2011, 1:1).

b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

c) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela Probus Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela Capef, pela Camed e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM nº 600:

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.219.990	3.109.048	60.530	16.495	601.318	492.916
2. Custo do Serviço Corrente	8.199	7.492	22.268	19.007	5.529	4.854
3. Custo dos Juros	168.644	161.598	3.170	816	31.493	25.620
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(135.797)	(127.909)	(54)	(13)	(19.350)	(16.621)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	25.750	23.975	-	-	6.051	6.034
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(4.104)	(3.996)	(803)	(735)	(3.242)	(2.466)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	262.663	(151.304)	(1.574)	5	106.653	19.928
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.545.345	3.018.904	83.537	35.575	728.452	530.265

(1) Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

(2) Número de equilíbrio.

d) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 600, na posição de 30.06.2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capef e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.545.345 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.030.802, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 514.543;
- ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 83.537 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 83.493, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 44.
- b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 728.452 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 57.176, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 671.276.

e) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.762.074	2.618.418	60.530	16.494	73.826	58.171
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	178.465	181.331	4.215	1.129	4.025	2.806
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.280	1.352	11.125	9.513	6.353	5.695
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	26.976	25.296	11.143	9.495	14.622	13.604
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(135.797)	(127.909)	(54)	(13)	(19.350)	(16.621)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	25.750	23.975	-	-	6.051	6.034
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(4.104)	(3.996)	(803)	(735)	(3.242)	(2.466)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	176.158	(167.062)	(2.663)	(308)	(25.109)	11.657
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.030.802	2.551.405	83.493	35.575	57.176	78.880

(1) Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

(2) Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

(3) Número de Equilíbrio.

f) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.545.345	3.018.904	83.537	35.575	728.452	530.265
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.030.802)	(2.551.405)	(83.493)	(35.575)	(57.176)	(78.880)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	514.543	467.499	44	-	671.276	451.385
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	514.543	467.499	44	-	671.276	451.385

g) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Custo do Serviço Corrente	8.199	7.492	22.268	19.007	5.529	4.855
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(1.280)	(1.352)	(11.125)	(9.512)	(6.353)	(5.695)
3. Custo dos Juros	168.644	161.598	3.170	816	31.493	25.620
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(178.465)	(181.331)	(4.215)	(1.129)	(4.025)	(2.806)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	86.505	15.758	1.089	313	131.762	8.270
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	-	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	83.603	2.165	11.187	9.495	158.406	30.244

(1) Contribuições recebidas de participantes ativos

h) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Renda Fixa	86,97	82,99	84,77	82,76	0,23	12,03
Renda Variável	4,19	5,37	13,73	17,24	98,90	87,33
Investimentos Imobiliários	5,76	5,68	-	-	0,87	0,64
Empréstimos e Financiamentos	3,07	3,77	1,50	-	-	-
Outros	0,01	2,19	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,17	1,25	-	-	0,23	12,03
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,78	0,74	-	-	0,87	0,64

i) Retorno real dos ativos dos planos

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	178.465	181.331	4.215	1.129	4.025	2.806
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	176.158	(167.062)	(2.663)	(308)	(25.109)	11.657

3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	354.623	14.269	1.552	821	(21.084)	14.463
--	---------	--------	-------	-----	----------	--------

j) Valores atuariais para o semestre corrente e os últimos três exercícios

Especificação	Capef						
	Plano BD				Plano CV I		
	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.545.345)	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(83.537)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	3.030.802	2.762.074	2.618.418	2.255.509	83.493	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(514.543)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(44)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano							
a. Montante	(262.663)	25.348	(238.465)	(392.699)	1.574	1.162	742
b. Percentual (a.a.)	7,41%	(0,79%)	7,67%	14,34%	(1,88%)	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano							
a. Montante	176.158	(77.022)	202.189	107.755	(2.663)	(1.824)	(742)
b. Percentual (a.a.)	5,81%	(2,79%)	7,72%	4,78%	(3,19%)	(3,02%)	(4,50%)

Especificação	Camed			
	Plano Natural			
	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
1. Obrigação de Benefício Definido	(728.452)	(601.318)	(492.916)	(469.032)
2. Ativos do Plano	57.176	73.826	58.171	11.789
3. Superávit (déficit)	(671.276)	(527.492)	(434.745)	(457.243)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(106.652)	(70.860)	12.168	(72.418)
b. Percentual (a.a.)	14,64%	11,78%	(2,47%)	15,44%
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	(25.109)	(1.487)	(58.205)	(6.670)
b. Percentual (a.a.)	(43,92%)	(2,01%)	(100,06%)	(56,58%)

k) Estimativa de contribuições para o exercício de 2012

k.1) Dados de Entrada

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,75%	10,75%	10,75%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,34%	14,41%	11,20%
3. Folha salarial de Participação Projetada ⁽¹⁾	50.274	234.574	
4. Custo do Serviço Corrente	21.794	44.536	12.318
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.344	22.287	11.564
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.762.074	60.531	73.826
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.219.990	60.531	601.318

(1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

k.2) Despesa Estimada para o exercício de 2012

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	21.794	44.536	12.318
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.344)	(22.287)	(11.564)
3. Custo dos Juros	346.120	6.506	64.636
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(8.722)	(8.269)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	111.382	2.177	184.680
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	107.491	22.210	241.801

(1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

l) Premissas utilizadas

l.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	Plano CV I (Capef)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

(1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

1.2) Premissas Econômicas

Especificação	Capef (% a.a.)		Camed (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,51	4,51	4,51
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,34	14,41	11,20
Índice de aumento salarial real estimado	1	-	1
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,15

1.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

1.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

m) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Especificação	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	7.584	(866)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	106.931	(87.634)

n) Comentários adicionais

- n.1)** Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
- n.2)** (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “a” desta nota;
- n.3)** Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM nº 600.; e
- n.4)** As melhores estimativas do Banco para as contribuições que se espera pagar para o exercício de 2012 e as contribuições pagas no 1º semestre de 2012 estão assim demonstradas:

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Contribuições esperadas para o exercício de 2012	57.625	22.287	30.841
Contribuições pagas no 1º semestre de 2012	26.976	11.143	14.622

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a)** O patrimônio do FNE no montante de R\$ 40.454.558 (R\$ 35.549.756 em 30.06.2011) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b)** O disponível do Fundo no valor de R\$ 5.882.707 (R\$ 4.208.851 em 30.06.2011), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 224.977 (R\$ 209.623 em 30.06.2011).
- c)** A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1)** Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2)** Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3)** O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2012	Provisão em 30.06.2011
AA	2.793.625	-	-
A	11.928.154	29.794	26.829

B	9.216.211	46.608	41.005
C	957.606	14.232	8.091
D	715.975	35.985	23.281
E	289.092	43.268	39.096
F	290.118	75.604	67.170
G	243.727	99.838	81.572
H	2.417.835	1.214.809	962.353
Total	28.852.343	1.560.138	1.249.397

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 453.116 (R\$ 396.149 em 30.06.2011).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 546.698 (R\$ 481.873 em 30.06.2011).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	016/2006	1.398
Proger-Urbano Investimento	017/2006	22.026
FAT - Infraestrutura	018/2006	271.846
Pronaf Investimento	019/2006	282
Proger-Rural - Custeio	020/2006	1.320
Pronaf - Custeio	001/2007	341
Proger-Rural - Investimento	002/2007	18.000
Protrabalho Investimento	004/2007	144.320
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	001/2010	99.997
Total		559.530

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 621.757 (R\$ 549.767 em 30.06.2011) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 80.762 (R\$ 27.601 em 30.06.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
- A partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Resolução Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.146	9	1.779	7.267	9.046
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	10.626	391	10.381	63.960	74.341
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	15.970	897	22.569	238.422	260.991
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	317	9	370	-	370
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	115	3	32	-	32
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	18.820	121	5.339	143.198	148.537
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	11.842	527	40.293	88.148	128.441
Total (Nota 13.a)			58.836	1.957	80.763	540.995	621.758

Especificação	Resolução Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.378	5	105	10.773	10.878
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	16.520	614	2.335	61.477	63.812
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	103.839	10.043	23.565	255.435	279.000

PRONAF- Investimento	19/2006	RA	222	7	102	678	780
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	83	3	31	146	177
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	22.635	101	1.321	177.350	178.671
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	3.531	510	142	16.307	16.449
Total (Nota 13.a)			148.208	11.283	27.601	522.166	549.767

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito Acima de R\$ 5.000 com risco total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.337.305 (R\$ 5.077.271 em 30.06.2011). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 2.429.142 (R\$ 2.143.112 em 30.06.2011). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor), essas operações recebem outros tipos de garantias tais como quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2012 (%)	30.06.2011 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	270,68	219,02
	Média dos últimos 12 meses	229,74	240,80
	Máximo dos últimos 12 meses	304,70	321,96
	Mínimo dos últimos 12 meses	187,04	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais:

Especificação	30.06.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	107.470	193.945	493.950	-	-
Depósitos a Prazo	51.205	548.783	848.956	2.847.115	3.068.241
Operações Compromissadas	757.705	-	-	-	126.184
Letras do Agronegócio - LCA	38.129	39.670	129.452	461	-
Total	954.509	782.398	1.472.358	2.847.576	3.194.425
Recursos Disponíveis (Nota 5)	5.579.841				

Especificação	30.06.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	51.145	107.329	1.023.133	2.663.716	927.678
Depósitos Interfinanceiros	74.889	81.111	577.165	14.762	-
Operações Compromissadas	634.355	-	33.967	133.979	9.526
Total	760.389	188.440	1.634.265	2.812.457	937.204
Recursos Disponíveis (Nota 5)	3.639.449				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Var (value at risk) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse (stress testing);
- testes de aderência (backtesting); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Límites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor da carteira Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	4.644.746	4.642.020	(2.726)	4.639.346	(5.400)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	5.274	5.076	(198)	4.916	(358)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	936.124	882.832	(53.293)	834.144	(101.981)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(258.184)	(287.177)	(28.993)	(320.207)	(62.023)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	476.301	434.806	(41.495)	397.625	(78.675)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.655.213)	(1.656.575)	(1.362)	(1.657.347)	(2.133)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.164.484	4.047.472	(117.012)	3.943.296	(221.189)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(357.407)	(349.185)	(341.452)
		Ativo Prefixado	355.997	335.123	316.069
		Exposição Líquida	(1.410)	(14.062)	(25.383)
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.206.542	1.136.936	1.072.584
		Passivo em ME	(1.190.988)	(1.147.088)	(1.106.453)
		Exposição Líquida	15.554	(10.152)	(33.869)

Na data base de 30.06.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 72.950 (R\$ 41.360 em 30.06.2011 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011	Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Disponibilidades	1.218	2.630	Depósitos	26.754	26.536
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	62.923	36.177	Relações Interdependências	51.187	29.215
Operações de Crédito	755.838	609.614	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	19.405	-
Outros Créditos	730.764	618.512	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.148.903	1.159.331
			Outras Obrigações	663.478	558.300
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.550.743	1.266.933	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.909.727	1.773.382
Operações de Swap	1.286.034	465.089	Operações de Swap	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.836.777	1.732.022	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.909.727	1.773.382

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,20% (17,23% em 30.06.2011), enquanto o PR foi de R\$ 4.936.576 (R\$ 4.515.788 em 30.06.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.193.432 em 30.06.2012 (R\$ 2.833.292 em 30.06.2011).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.936.576	4.515.788
. Nível I	2.483.743	2.277.169
. Nível II	2.452.833	2.238.619
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.193.432	2.833.292
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.728.324	2.433.749
. Parcela PJUR	1.478	537
. Parcela PCOM	351	395
. Parcela POPR	463.279	398.611
c) Valor do RBAN	157.814	49.994
Margem (a-b-c)	1.585.330	1.632.502
Índice de Basileia (Circ.Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	17,00%	17,53%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	16,20%	17,23%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio de Referência (PR)	4.936.576	4.515.788
. Nível I	2.483.743	2.277.169
(+) Patrimônio Líquido	2.570.425	2.305.694
(-) Reservas de Reavaliação	24.051	26.231
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	539	2.003
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.801	-
. Nível II	2.452.833	2.238.619
(+) Reservas de Reavaliação	24.051	26.231
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.125.109	1.073.804
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.274.570	1.157.058
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.801	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	32.698	18.474

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Bacen autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	457.171	525.012
Total	457.171	525.012

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 27)	621.758	549.767
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.541.188	1.133.879
Tesouro Nacional	863	1.035
BNDES	1.386.232	1.048.397
Finame	154.093	84.447
Outras Obrigações	8.284.225	6.441.683
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	5.884.546	4.210.821
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.125.109	1.073.804
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.274.570	1.157.058
Total	10.447.171	8.125.329

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.i)	1.185.819	918.884
Capecf	514.543	467.499
Camed	671.276	451.385
Total	1.185.819	918.884

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Benefícios de Curto Prazo	1.365	1.660
Honorários	1.252	1.221
Diretoria	1.072	1.037
Conselho de Administração	94	96
Conselho Fiscal	86	88
Outros	103	221
Participação no Lucro	10	218
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.365	1.660
Benefícios Pós-Emprego	121	91
Total	1.486	1.751

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Lucro Líquido	246.006	300.693
Outros Resultados Abrangentes	64.669	(14.460)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	105.871	(26.121)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(42.349)	10.448
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	2.022
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(809)
Resultado Abrangente	310.675	286.233

NOTA 31 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Créditos Abertos para Importação	225.020	167.939
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.220	92.220
- FNE	14.621.115	12.996.617
- Outras Entidades	57.052	41.581
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.913	29.193

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

Fortaleza, 14 de agosto de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 5 de agosto de 2011.

São Paulo, 14 de agosto de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2012, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 14 de agosto de 2012, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no 1º semestre de 2012.

Fortaleza (CE), 14 de agosto de 2012.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º. Semestre de 2012

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê – Dentro de sua missão institucional, atuou focado no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão das Demonstrações Contábeis, desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

Dentre as principais realizações, cabe destacar as seguintes atividades:

Assessoramento ao Conselho de Administração – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos.

Avaliação dos Sistemas de Controles Internos – O Banco vem estabelecendo diretrizes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da segurança e da gestão de riscos e desenvolve ações para a implantação de estruturas de gerenciamento de capital e requerimentos de liquidez, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basileia II e III e cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

Avaliação da efetividade da Auditoria Interna – A Auditoria Interna desenvolve suas atividades com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Avaliação da efetividade da Auditoria Independente – Na atuação da ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua efetividade.

Revisão das Demonstrações Contábeis – Examinadas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 14 de agosto de 2012.

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2012

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2012	30.06.2011			30.06.2012	30.06.2011
CIRCULANTE		12.792.182	10.676.257	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	40.454.558	35.549.756
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	2.475.504	1.428.096	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		3.407.204	2.780.755	No Semestre.....		2.823.866	2.625.616
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		80.732	79.368	Em Exercícios Anteriores.....		37.969.173	32.938.613
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		4.326	3.716	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(234.324)	387.353
Devedores por Repasses-Outras Instituições		76.406	75.652	RESULTADO DO SEMESTRE.....		(104.157)	(401.826)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	6.826.653	6.385.737				
Financiamentos.....		2.225.837	1.886.113				
Financiamentos a Exportação.....		118.383	268.048				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		554.148	507.484				
Financiamentos Agroindustriais.....		227.016	186.279				
Financiamentos Rurais.....		4.674.470	4.652.826				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(973.201)	(1.115.013)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.6)	1.838	1.969				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		1.838	1.969				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	251	332				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		301	388				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(54)	(60)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		27.662.376	24.873.499				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.417.854	1.297.106				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		888	976				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.274.570	1.157.058				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		142.396	139.072				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	26.243.442	23.575.247				
Financiamentos.....		10.034.236	8.442.985				
Financiamentos a Exportação.....		5.478	7.351				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		5.385.161	4.415.924				
Financiamentos Agroindustriais.....		951.525	851.405				
Financiamentos Rurais.....		9.867.042	9.857.582				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.080	1.146				
Títulos da Dívida Agrária.....		1.602	1.659				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(522)	(513)				
TOTAL DO ATIVO		40.454.558	35.549.756	TOTAL DO PASSIVO		40.454.558	35.549.756

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Valores em R\$ Mil)

		1º Sem/2012	1º Sem/2011
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.j)	644.452	118.491
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	224.977	209.623
De Reversão de Provisões Operacionais.....		70	114
DESPESAS	(Nota 4.a.8)		
De Administração.....		(546.697)	(481.873)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(46.821)	(38.955)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(380.095)	(209.196)
De Auditoria.....		(43)	(30)
PREJUÍZO DO SEMESTRE.....		(104.157)	(401.826)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2010.....		32.938.613	388.018	33.326.631
Transferências da União no Semestre.....	(Nota 7)	2.625.616	-	2.625.616
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(665)	(665)
Prejuízo do Semestre.....		-	(401.826)	(401.826)
SALDOS EM 30.06.2011.....		35.564.229	(14.473)	35.549.756
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.625.616	(402.491)	2.223.125
SALDOS EM 31.12.2011.....		37.969.173	(221.712)	37.747.461
Transferências da União no Semestre.....		2.823.866	-	2.823.866
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(12.612)	(12.612)
Prejuízo do Semestre.....		-	(104.157)	(104.157)
SALDOS EM 30.06.2012.....		40.793.039	(338.481)	40.454.558
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.823.866	(116.769)	2.707.097

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2012	30.06.2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo do Semestre).....	(104.157)	(401.826)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	380.095	209.196
Reversões de Provisões Operacionais.....	(70)	(114)
Lucro/(Prejuízo) do Semestre Ajustado.....	275.868	(192.744)
Relações Interfinanceiras.....	(64.208)	(45.029)
Operações de Crédito.....	(1.716.551)	(1.832.775)
Outros Créditos.....	180	1.159
Outros Valores e Bens.....	(42)	155
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(12.612)	(665)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.517.365)	(2.069.899)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	2.823.866	2.625.616
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.823.866	2.625.616
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.306.501	555.717
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	4.576.207	3.653.134
No fim do Semestre.....	5.882.708	4.208.851
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.306.501	555.717

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 - Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários preveem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional,

conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do PROFROTA com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Pronaf -Emergencial, Pronaf -Enchentes, Pronaf -Estiagem e Pronaf Seca-2012 não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, Incisos I a IV, e determina o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do Pronaf, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Pronaf -Emergencial, Pronaf -Enchentes e Pronaf -Estiagem, ao prêmio de performance sobre reembolsos do Pronaf A/C, Semiárido e Floresta, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf, Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Pronaf -Emergencial, Pronaf -Enchentes, Pronaf -Estiagem e Pronaf Seca-2012, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do Pronaf Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Pronaf -Emergencial, Pronaf -Enchentes, Pronaf -Estiagem e Pronaf Seca-2012 e o prêmio de performance sobre os reembolsos do Pronaf A/C, Semiárido, Floresta e Pronaf Seca-2012, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.
- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remitidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.7)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decendialmente;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30/06/2012			30/06/2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Rural	13.679.714	903.865	14.583.579	13.628.294	923.700	14.551.994
Agroindustria	1.146.307	36.112	1.182.419	1.066.164	26.198	1.092.362
Indústria	6.287.169	98.915	6.386.084	5.358.721	78.635	5.437.356
Comércio/Serviços	5.830.997	120.908	5.951.905	4.990.047	80.830	5.070.877
Infraestrutura	5.939.309	-	5.939.309	4.923.408	-	4.923.408
Subtotal	32.883.496	1.159.800	34.043.296	29.966.634	1.109.363	31.075.997
Repasses ao BNB	1.274.570	-	1.274.570	1.157.058	-	1.157.058
Repasses a Outras Instituições	218.802	-	218.802	214.724	-	214.724
Total da Carteira	34.376.868	1.159.800	35.536.668	31.338.416	1.109.363	32.447.779
Provisão	(677.647)	(295.554)	(973.201)	(806.656)	(308.357)	(1.115.013)
Total Líquido ⁽¹⁾	33.699.221	864.246	34.563.467	30.531.760	801.006	31.332.766

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30/06/2012			30/06/2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Rural	224.903	8.159	233.062	214.130	6.199	220.329
Agroindustria	-	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-
Comércio/Serviços	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Subtotal	224.903	8.159	233.062	214.130	6.199	220.329
Repasses ao BNB	1.274.570	-	1.274.570	1.157.058	-	1.157.058

Repasses Outras Instituições	156.827	-	156.827	149.856	-	149.856
Total da Carteira	1.656.300	8.159	1.664.459	1.521.044	6.199	1.527.243
Provisão	-	-	-	-	-	-
Total Líquido ⁽¹⁾	1.656.300	8.159	1.664.459	1.521.044	6.199	1.527.243

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30/06/2012			30/06/2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Rural	8.742.885	413.406	9.156.291	8.550.910	372.991	8.923.901
Agroindustria	1.103.485	29.814	1.133.299	1.009.430	19.542	1.028.972
Indústria	6.202.306	79.344	6.281.650	5.249.243	56.813	5.306.056
Comércio/Serviços	5.830.997	120.908	5.951.905	4.990.047	80.830	5.070.877
Infraestrutura	5.939.309	-	5.939.309	4.923.408	-	4.923.408
Subtotal	27.818.982	643.472	28.462.454	24.723.038	530.176	25.253.214
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
Total da Carteira	27.818.982	643.472	28.462.454	24.723.038	530.176	25.253.214
Provisão	(165.805)	(126.206)	(292.011)	(130.356)	(106.099)	(236.455)
Total Líquido ⁽¹⁾	27.653.177	517.266	28.170.443	24.592.682	424.077	25.016.759

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30/06/2012			30/06/2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Rural	4.598.080	392.709	4.990.789	4.743.204	463.936	5.207.140
Agroindustria	42.822	6.298	49.120	56.734	6.656	63.390
Indústria	84.863	19.571	104.434	109.478	21.822	131.300
Comércio/Serviços	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.725.765	418.578	5.144.343	4.909.416	492.414	5.401.830
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	61.975	-	61.975	64.868	-	64.868
Total da Carteira	4.787.740	418.578	5.206.318	4.974.284	492.414	5.466.698
Provisão	(511.842)	(169.348)	(681.190)	(676.300)	(202.258)	(878.558)
Total Líquido ⁽¹⁾	4.275.898	249.230	4.525.128	4.297.984	290.156	4.588.140

a.5) Carteira com Risco Integral do PROCERA

Financiamentos	30/06/2012			30/06/2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Rural	113.846	89.591	203.437	120.050	80.574	200.624
Agroindustria	-	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-
Comércio/Serviços	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Subtotal	113.846	89.591	203.437	120.050	80.574	200.624
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
Total da Carteira	113.846	89.591	203.437	120.050	80.574	200.624
Provisão	-	-	-	-	-	-
Total Líquido ⁽¹⁾	113.846	89.591	203.437	120.050	80.574	200.624

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída em face de irregularidades identificadas pela Auditoria Interna em operações. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procera;

- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.
- b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:
- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerá;
 - Nas operações no âmbito do Pronaf, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Pronaf - Emergencial/Enchentes/Estiagem e Pronaf Seca-2012, o risco é de 100% para o FNE;
 - Nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
 - Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
 - Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
 - Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
 - Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.
- c) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	890.885	1.218.591
. Risco Integral do FNE	688.544	953.269
. Risco Compartilhado	202.341	265.322
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	380.095	209.704
Provisão por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322	101	512
. Risco Integral do FNE	101	512
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	379.994	209.192
. Risco Integral do FNE	170.792	132.555
. Provisão por Atraso/Renegociações	173.265	151.186
. Ajustes de Provisão por Deságio	(2.473)	(18.631)
. Risco Compartilhado	209.202	76.637
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	297.779	313.282
. Risco Integral do FNE	178.247	207.778
. Risco Compartilhado	119.532	105.504
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	973.201	1.115.013
. Risco Integral do FNE	681.190	878.558
. Risco Compartilhado	292.011	236.455

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procerá o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do semestre estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “b” desta Nota; e
- e.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 15.010, sendo R\$ 10.834 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 4.176 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 8.076 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 4.554 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 3.522 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo semestre de 2011, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 78.039, sendo R\$ 54.801 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 23.238 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “b” desta Nota.

- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 19.557, sendo R\$ 13.107 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 6.450 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 2.545 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 824 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.721 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo semestre de 2011, a redução da provisão foi de R\$ 34.708, sendo R\$ 23.337 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 11.371 referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Créditos” do quadro apresentado na alínea “b” desta Nota.
- g) Em 30.06.2012, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 86.586, referente a provisão extraordinária constituída no semestre para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- h) Para fins de comparabilidade, o valor de R\$ 760.258, registrado em “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” no Grupo “Realizável a Longo Prazo”, em 30.06.2011, foi reclassificado para a mesma rubrica do Grupo “Circulante”.
- i) As renegociações formalizadas no semestre, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, aumentaram o resultado do Fundo em R\$ 4.526 (R\$ 344.303 de redução, em 30.06.2011). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	21.551	29.910
Despesas - Bônus e Dispensas	(61.211)	(529.559)
Efeito Líquido em Provisões	44.186	155.346
Efeito Líquido Final	4.526	(344.303)

- j) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de Operações de Crédito	1.417.124	1.263.844
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(453.117)	(396.149)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.876)	(1.927)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(958)	(2.139)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(47.598)	(495.269)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(255.665)	(227.203)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(7.147)	(6.315)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(33)	(33)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(2)	(4)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(51)	(39)
Despesa com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(209)	-
Despesa com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(534)	-
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(323)	(9.920)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(5.159)	(6.342)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	-	(13)
T O T A L	644.452	118.491

⁽¹⁾ O valor registrado em 30.06.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no primeiro semestre de 2011.

k) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

k.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

k.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Art. 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

k.3) No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 121.537 (R\$ 107.235 em 30.06.2011), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

l) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

l.1) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

l.2) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;

l.3) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecet – Fase III;

l.4) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;

l.5) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;

l.6) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 1.302, ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	-	40.324
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	572	642
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Operações Resolução nº 2.471)	730	458
TOTAL	1.302	41.424

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 23.874, conforme a seguir discriminado:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Art. 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos Outras Fontes/FNE)	902	6.540
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	21.039	6.789
Art. 31 (Operações do FAT)	1.933	2.225
TOTAL	23.874	15.554

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2012, de R\$ 12.613 (R\$ 665 em 30.06.2011), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Recursos Disponíveis	351.737	326.846
Recursos Aplicados	922.833	830.212
TOTAL	1.274.570	1.157.058

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.
Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 14 de agosto de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 5 de agosto de 2011, contendo ênfase sobre os efeitos das liquidações de dívidas decorrentes da aplicação da Lei nº 12.249/10.

São Paulo, 14 de agosto de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz– Martim Ramos Cavalcanti – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Presidente e Diretor de Negócios) - Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Nelson Antonio de Souza (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento).

CONSELHO FISCAL: Manuel dos Anjos Marques Teixeira(Presidente em exercício) – Helano Borges Dias – João Batista Figueiredo – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis

SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7
